



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Cibelle Renata Caimar Olarte

**FATORES INTERVENIENTES AO DESEMPENHO DO ESTUDANTE NO ENADE:  
O CASO DOS CURSOS A DISTÂNCIA NA UFMS**

Florianópolis, SC

2022

Cibelle Renata Caimar Olarte

**FATORES INTERVIENTES AO DESEMPENHO DO ESTUDANTE NO ENADE: O  
CASO DOS CURSOS A DISTÂNCIA NA UFMS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de mestre em Administração Universitária.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Almino Francisco.

Florianópolis, SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Olarte , Cibelle Renata Caimar

Fatores intervenientes ao desempenho do estudante no Enade: o caso dos cursos a distância na UFMS / Cibelle Renata Caimar Olarte ; orientador, Thiago Henrique Almino Francisco, 2022.  
108 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. avaliação do ensino superior; educação a distância; conceito preliminar de curso. I. Francisco, Thiago Henrique Almino. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Cibelle Renata Caimar Olarte

**Fatores intervenientes ao desempenho do estudante no Enade: o caso dos cursos a distância na UFMS**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Pedro Antonio de Melo, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Miguelangelo Gianezini, Dr.  
Instituto Politécnico de Leira Portugal

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

.....  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

.....  
Prof. Thiago Henrique Almino Francisco, Dr.  
Orientador

Florianópolis, SC

2022

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por esta oportunidade.

Ao meu Prof. Dr. Thiago Henrique Almino Francisco, pelas orientações e contribuições nesta dissertação.

A minha família, meus pais Rozana e Pedro e irmãos Pedro e Bia, minha base e apoio nesta etapa da minha vida, quando eu desanimava, sempre estavam ali para me dar apoio, me dizendo que por meio do estudo eu ia conseguir mudar a minha vida.

Agradeço a tia Margo, tio Jota, tia Maria e o meu o meu cabelinho de algodão, sempre presentes nas minhas conquistas. Vó, no meio dessa etapa, a senhora se foi, como eu sinto a sua falta. Saudades eternas!

Kelle, queria muito que você estivesse aqui participando deste momento, mas agradeço você por este momento, estudamos para concurso juntas, fizemos muitas provas juntas e no final passamos em instituições de educação.

Agradeço as minhas amigas, que também me apoiaram nesse momento, Juliana, Laura, Larissa, Adelina e Maria Ines.

Agradeço a tia Elisa, pela ajuda na ABNT, que não é meu forte, ao Paulo Conti e a Professora Maria Fernanda.

Aos meus colegas de curso, em especial a Dani e o Oseias, a professora Márcia, ao Maurício, ele é um excelente profissional, sempre atencioso e prestativo.

Agradeço a UFMS e a UFSC, por este convênio que me oportunizou fazer este mestrado, minha eterna gratidão!

*Você vai pensar em desistir, mas vai seguir.  
Vai pensar em desistir de novo, e de novo vai  
seguir adiante... E de novo, de novo... Até que  
um dia você vai vencer e agradecer por nunca  
ter desistido.*

Peter Jordan (ator alemão, 1924).

## RESUMO

O ensino superior na modalidade Educação a Distância cresceu significativamente entre o período de 2009 a 2019 no Brasil, conforme aponta o Censo da Educação Superior 2019, no entanto o crescimento do ensino superior reflete na qualidade dos cursos e no desempenho dos estudantes dessa modalidade. Essa pesquisa tem por objetivo analisar os fatores que influenciam o desempenho dos acadêmicos dos cursos da Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, dos cursos de Administração Pública, Letras – Português e Espanhol, Pedagogia e Ciências Biológicas. Desse modo, para alcançar o objetivo geral dessa pesquisa foram propostos os seguintes objetivos específicos, a saber: a) caracterizar o ensino de graduação no contexto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; b) apresentar uma análise comparativa dos indicadores de desempenhos disponibilizados pelos cursos de Educação a Distância no Conceito Preliminar de Curso; c) conhecer a percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos forte e desafios encontrados na gestão do Conceito Preliminar de Curso; e d) recomendar um conjunto de ações para potencializar o desempenho dos estudantes dos cursos de Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Quanto a metodologia, a pesquisa proposta é qualitativa e descritiva-explicativa. Trata-se de um estudo de caso e a pesquisa apresenta características de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para análise dos dados foram utilizados os resultados do Conceito Preliminar de Curso de 2017 e 2018 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de Instituições públicas com o conceito máximo no Conceito Preliminar de Curso e foi feita uma entrevista com os coordenadores do curso sobre a percepção deles sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e o Conceito Preliminar de Curso. Entre os resultados obtidos pela pesquisa, destaca-se a ligação da formação docente com o desempenho dos acadêmicos e o fato dos gestores não utilizarem os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e do Conceito Preliminar de Curso como instrumento de governança. Com os resultados obtidos, foi feita a proposição de um framework com ações para aprimorar o desempenho dos estudantes da Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: avaliação do ensino superior; educação a distância; conceito preliminar de curso.



## ABSTRACT

Higher education in the Distance Education modality grew significantly between the period from 2009 to 2019, as pointed out by the Census of Higher Education 2019, however the growth of higher education reflects on the quality of courses and the performance of students in this modality. This research aims to analyze the factors that influence the performance of academics in distance education courses at the Federal University of Mato Grosso do Sul at National Student Performance Exam, in the courses of Public Administration, Letters – Portuguese and Spanish, Pedagogy and Biological Sciences. Thus, to achieve the general objective of this research, the following specific objectives were proposed, namely: a) To characterize undergraduate teaching in the context of Federal University of Mato Grosso do Sul; b) Present a comparative analysis of the performance indicators provided by distance education courses in the Preliminary Course Concept; c) Know the perception of course coordinators about the strengths and challenges encountered in the management of the Preliminary Course Concept; and d) Recommend a portfolio of actions to enhance the performance of students in distance education courses at Federal University of Mato Grosso do Sul. As for the methodology, the proposed research is qualitative and descriptive-explanatory. It is a case study and the research presents characteristics of a bibliographic and documental research. For data analysis, the results of the 2017 and 2018 Preliminary Course Concept of Federal University of Mato Grosso do Sul and of public institutions with the maximum concept in the Preliminary Course Concept were used and an interview was carried out with the course coordinators about their perception of National Student Performance Exam and Preliminary Course Concept. Among the results obtained by the research, the connection between teacher training and the performance of academics and the fact that managers do not use the results of National Student Performance Exam and Preliminary Course Concept as a governance instrument stand out. With the results obtained, a framework was proposed with actions to improve the performance of distance education students at Federal University of Mato Grosso do Sul.

Key-words: evaluation of higher education; distance education; National Student Performance Exam; Preliminary Course Concept.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Indicadores de qualidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ciclo avaliativo 2017, 2018 e 2019 .....	23
FIGURA 2 – Meta, indicadores e ações da Pró-Reitoria de Graduação para melhorar o Conceito Preliminar de Curso dos cursos .....	64
FIGURA 3 – Meta, indicadores e ações da Pró-Reitoria de Graduação.....	64
FIGURA 4 – Proposição de matriz qualitativa.....	83
FIGURA 5 – Propostas para aprimorar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e o Conceito Preliminar de Curso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul .....	87

## LISTA DE SIGLAS

AGEAD	– Agência de Educação Digital e a Distância
AGECOM	– Agência de Comunicação Social e Científica
CNE	– Conselho Nacional de Educação
COUN	– Conselho Universitário
CPA	– Comissão Própria de Avaliação
CPC	– Conceito Preliminar de Curso
DIAVI	– Diretoria de Avaliação Institucional
EaD	– Educação a Distância
ENADE	– Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
GERES	– Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior
IDD	– Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	– Instituições de Ensino Superior
IGC	– Índice Geral de Cursos
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	– Ministério da Educação
OAF	– Oportunidades de Ampliação da Formação
PAIUB	– Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	– Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPC	– Projeto Pedagógico de Curso
PROGRAD	– Pró-Reitoria de Graduação
SINAES	– Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB	– Universidade Aberta do Brasil

UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Composição do Conceito Preliminar de Curso.....	19
QUADRO 2 - Sistemas de avaliação e gestão acadêmica, período 2021 a 2012, da Universidade Federal de Santa Catarina – dissertação de mestrado em Administração Universitária.....	244
QUADRO 3 - Histórico da avaliação da educação superior do Brasil, período 1983-2004 .....	399
QUADRO 4 - Composição do Conceito Preliminar de Curso.....	444
QUADRO 5 - A exemplificação dos instrumentos e formas de coletas de dados.....	522
QUADRO 6 - Cursos de Graduação Presencial do <i>Campus</i> de Aquidauana .....	555
QUADRO 7 - Cursos de graduação presencial do <i>Campus</i> do Pantanal – Corumbá, MS .....	555
QUADRO 8 - Cursos de graduação presencial dos <i>Campus</i> de Paranaíba, <i>Campus</i> de Chapadão do Sul, <i>Campus</i> de Coxim, <i>Campus</i> de Nova Andradina, <i>Campus</i> de Naviraí e <i>Campus</i> Ponta Porã.....	566
QUADRO 9 - Cursos de graduação presencial de Três Lagoas .....	588
QUADRO 10 - Cursos de Graduação Presencial do <i>Campus</i> de Campo Grande .....	599
QUADRO 11 - Aspectos, potencialidades, desafios e ações de melhorias .....	677
QUADRO 12 - Cursos de graduação presencial de Três Lagoas .....	717
QUADRO 13 - Conceito preliminar de curso dos cursos da Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2017 e 2018 .....	744
QUADRO 14 - Conceito preliminar de curso dos cursos da Educação a Distância e presencial de instituições de ensino superior federais, em 2017 e 2018 .....	755

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>155</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	155
1.2	OBJETIVOS .....	221
1.2.1	Objetivo Geral .....	211
1.2.2	Objetivos Específicos .....	211
1.3	JUSTIFICATIVA .....	211
1.4	ADERÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA .....	244
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>288</b>
2.1	A GESTÃO UNIVERSITÁRIA, SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....	288
2.2	O HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS ESTRATÉGICOS .....	318
2.3	O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA VISÃO DOS PARADIGMAS REGULATÓRIOS E OPERACIONAIS DO SISTEMA .....	39
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>488</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	488
3.2	DELIMITAÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE .....	50
3.3	COLETA DE DADOS E TRATAMENTO DE DADOS .....	51
3.4	LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	53
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>544</b>
4.1	O ENSINO DE GRADUAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO E SUAS INTERFACES COM O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES .....	544
4.2	O CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO E OS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UM OLHAR A PARTIR DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA .....	69

4.3 A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES: PONTOS FORTES E FRACOS DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES E DO CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	77
4.4 UM OLHAR PARA O FUTURO: PROPOSTAS PARA APRIMORAR O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTEE O CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>898</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>106</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo estão apresentadas a contextualização do tema e a problemática da pesquisa. Também estão apresentados os objetivos gerais e específicos, a originalidade e a relevância do tema para o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária e para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O avanço e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação resultaram em grandes benefícios para sociedade como também para a Educação, tanto para a educação presencial quanto para a educação a distância (doravante nominada como EaD). A partir da década de 1970, a utilização dos computadores, por meio das universidades brasileiras e a introdução da Internet, implementou o crescimento da EaD pela possibilidade de interatividade e interação promovida, colaborando assim para solidificar a proliferação de cursos a distância no Brasil e no mundo (ALVES, J., 2009).

Destaca-se o ensino da EaD em outros países como nos Estado Unidos, conforme aponta Hack (2011), com a criação do Empire State College em 1971, Ministério da Educação do estado de Nova Iorque tinha por finalidade ampliar o acesso ao ensino superior aos adultos considerando que esses futuros estudantes estudariam em casa e em seus locais de trabalho e não havia previsão a instalação de um campus para a Instituição.

No mesmo ano no outro lado do atlântico foi fundada em 1971 a Universidade Aberta Britânica, e em 1972 na Espanha foi fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância, em 1977 foi criada na Venezuela a Fundação da Universidade Nacional Aberta. e em 1978 foi fundada a Universidade Estadual a Distância na Costa Rica.

Quando se trata da EaD, esta modalidade de ensino tem as diretrizes e normas estabelecidas pela Resolução n. 1, de 11 de março de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que apresenta as tecnologias de informação e comunicação como material constitutivo dos cursos superiores a distância (art. 3º, § 1º):

§ 1º As tecnologias, as metodologias e os recursos educacionais, materializados em ambiente virtual multimídia interativo, inclusive materiais didáticos, bem como os sistemas de acompanhamento e de avaliação de



aprendizagem, são elementos constitutivos dos cursos superiores na modalidade EaD, sendo obrigatória sua previsão e detalhamento nos documentos institucionais e acadêmicos, constantes do § 1º, do art. 2º, respeitadas as condições materiais instaladas na sede e no(s) polo(s) de EaD. (BRASIL, 2016).

O artigo 2º, da Resolução CNE n. 1/2016, apresenta o conceito de EaD como uma modalidade de ensino educacional,

[...] qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos. (BRASIL, 2016).

A Resolução também aponta os processos de avaliação e regulação da EaD, e quando se trata de estudos relativos à avaliação da educação superior, não há como discutir resultados relacionados a este aspecto sem que se compreenda o escopo estrutural da educação superior em um determinado recorte. Seja ele sincrônico ou não, é recomendável reconhecer o movimento do cenário para proposição de intervenções relativas ao tema. Neste sentido, dados do *Censo da Educação Superior 2019* apontam que o Brasil possui 2.608 instituições de educação superior divididas entre instituições públicas e privadas, sendo que o crescimento da rede pública foi de 0,1% e na rede privada 2,4%. Esse crescimento da educação brasileira ocorreu no final dos anos 1990, conforme dados do Ministério da Educação, doravante nominado somente como MEC, já que a nomeação mudou ao longo dos anos (BRASIL, 2020, 2021).

A modalidade EaD contribuiu para o aumento da educação superior, conforme o *Censo da Educação Superior 2019*; este tipo de censo, que é realizado anualmente,

[...], coleta dados sobre a educação superior brasileira com o objetivo de oferecer aos dirigentes das instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009, p. 5).

Das 16.425.302 vagas ofertadas na educação superior, 10.395.600 foram da EaD. Do período de 2009 a 2019, a EaD teve um crescimento significativo; sendo, em 2009 os

ingressantes correspondiam a 16,1%; em 2019 já correspondiam a 43,8%, muito mais que o dobro. Com base nos dados do *Censo da Educação Superior 2019*, compreende-se que a EaD tem avançado nos últimos tempos, isso em âmbito nacional e em universidades particulares e públicas, como a UFMS, que atualmente tem como principal oferta o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O sistema UAB é composto por universidades públicas que oferecem cursos de graduação por meio da EaD, enfatizando a formação inicial e continuada dos professores da educação básica e também a formação de gestores em educação, “Atualmente, o Sistema UAB conta com 133 Instituições Públicas de Ensino Superior, ofertando 800 cursos em 777 polos (dados atualizados em jan/2018).” (BRASIL, 2022a).

O sistema UAB é uma política pública que auxiliou no crescimento da EaD no Brasil, porém esse crescimento também abrange a participação de outras políticas públicas. Apresentando alguns indicadores da expansão da EaD no Brasil, pode-se identificar que o sistema privado contribuiu para o crescimento da EaD no país. Em 2007, o país possuía mais de 2.281 instituições na modalidade presencial e a distância, sendo que 89% eram instituições privadas e apenas 11% na esfera pública, conforme *Censo da Educação Superior 2008*, (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui-se como um marco de fundamental importância para as políticas públicas brasileiras; o PNE 2014-2024 tem por objetivo, em sua meta 12, elevar a taxa bruta da matrícula da educação superior em 50%, sendo que uma das estratégias para atingir essa meta é ampliar o financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, as políticas públicas adotadas para o financiamento estudantil foram a criação do Programa Universidade para Todos e o Financiamento Estudantil (BRASIL, 2014; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA 2015). Assim sendo, essas políticas incentivaram para o crescimento da EaD no ensino privado.

Diante desse cenário de crescimento da EaD no Brasil, é necessário acompanhar sua qualidade, identificar o desempenho dos estudantes, também identificar as políticas de avaliação apresentadas como o processo de regulação e de supervisão do sistema de avaliação brasileiro para essa modalidade de ensino.

Assegurar a qualidade do ensino e elevar o número de matrículas são estratégias

propostas pelo PNE, no entanto o crescimento elevado dessa modalidade de ensino traz reflexos na qualidade do ensino, para manter a expansão e a qualidade, a última ocorre por meio de avaliações. O sistema de avaliação possui alguns instrumentos complementares como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), esse instrumento resulta em indicadores de qualidade da educação superior, sendo que um desses indicadores é o Conceito Preliminar de Curso (CPC), cuja construção depende do Enade.

Por meio do CPC é possível constatar a diferença dos cursos presenciais e a distância; nas graduações a distância 65% têm o conceito 3 no CPC enquanto na modalidade presencial conceito 3 está em torno de 50%, e esse conceito é o mínimo para não ter o risco supervisão, percebe-se que as instituições de ensino não têm por objetivo melhorar o conceito (OLIVEIRA; PICONEZ, 2017).

O atual sistema de avaliação da educação superior brasileiro, criado em 2004 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é regulado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu artigo 1º, § 1º, onde aborda os objetivos do Sistema, quais sejam:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004a).

Para atingir o objetivo proposto, o Sinaes tem instrumentos complementares que são constituídos pela autoavaliação, que é composta pelas Comissão Própria de Avaliação (CPA) e avaliação externa *in loco*, Enade, instrumentos de informação que são o *Censo da Educação Superior* e o *Cadastro da Educação Superior*, este possui uma série de informações para ajudar os estudantes a fazer a melhor escolha do seu curso superior, e a avaliação dos cursos de graduação, esses processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e é instrumentalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2004b). Apesar da diversidade, o foco deste trabalho é o Enade, um dos insumos do CPC.

A avaliação do desempenho dos estudantes no sistema de avaliação é realizada pelo Enade, um exame obrigatório e aplicado periodicamente em ciclo de três anos, que tem por

objetivo avaliar o desempenho dos acadêmicos em relação aos conteúdos programáticos, competências e habilidades e também oferece elementos para a construção de indicadores de qualidade dos cursos, sendo um deles o CPC, destacando-se como o principal indicador de regulação de qualidade dos cursos brasileiros.

Criado pela Portaria Normativa MEC n. 4, de 5 de agosto de 2008, o CPC é agrupado em quatro dimensões e essas dimensões são utilizadas para o cálculo do CPC, o Conceito Enade, que é o desempenho dos estudantes na prova do Enade; Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); corpo docente, nessa dimensão é utilizada informações do censo da educação superior sobre o percentual de mestres, doutores e regime de trabalho, e na percepção dos estudantes sobre seu processo formativos (QUADRO 1). Nessa dimensão, para avaliação, são utilizados dados do questionário do estudante do Enade (BRASIL, 2008).

QUADRO 1 - Composição do Conceito Preliminar de Curso

<b>Dimensão</b>	<b>Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Peso</b>
Desempenho dos estudantes	Concluintes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	20,0	55
	Indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado	35,0	
Corpo docente	Proporção de mestre	7,5	30
	Proporção de doutores	15,0	
	Regime de trabalho	7,5	
Percepção discente sobre as condições do processo formativo	Organização didático-pedagógica	7,5	15
	Infraestrutura e instalações físicas	5,0	
	Incentivos da formação acadêmica e profissional	2,5	

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020).

Agrupado em quatro dimensões, o CPC é constituído por oito componentes e por meio deles é possível fazer o cálculo e gerar o indicador de qualidade de um curso de graduação. Conforme a Nota Técnica INEP n. 58/2020/CGCQES/DAES, que tem como objetivo apresentar a metodologia de cálculo do CPC referente 2019, o cálculo leva em consideração a nota dos concluintes no Enade; nota do indicador de diferença entre o desempenho observado e esperado; proporção de professores mestres; proporção de professores doutores; proporção de professores em regime de trabalho parcial ou integral; média das respostas do questionário dos estudantes referentes à organização didático-pedagógica; média das respostas do questionário do estudante referente à infraestrutura e às instalações físicas; média das

respostas do questionário do estudantes referentes às Oportunidades de Ampliação da Formação (OAF) ação acadêmica e profissional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020).

O sistema de avaliação tem papel importante para as instituições que são avaliadas, uma vez que, com os resultados é possível conhecer o desempenho da instituição e dos alunos. Sendo assim, a instituição avaliada pode estabelecer metas e inovações em busca de qualidade, porém estudos que relacionam o desempenho acadêmico por meio do Enade e a EaD nos últimos anos ainda são escassos. O estudo de Brandt, Tejedo-Romero e Araujo (2020) afirma que a temática do desempenho acadêmico é um estudo com pesquisas escassas acerca do tema.

Os autores analisaram os fatores que influenciam o desempenho dos alunos dos cursos de graduação em administração pública no Brasil, por meio dos resultados do Enade. Para os autores, o desempenho acadêmico está em compreender os fatores influenciadores e, com isso, as instituições podem buscar medidas para reduzir o insucesso dos discentes.

Vieira, Nogueira e Santos (2017, p. 412) constatam em seu estudo que o desempenho acadêmico dos estudantes do Semiárido Potiguar tem correlação com a educação parental, assimetria educacional parental, estrutura familiar, sexo, cor, tipo de escola, e as variáveis de responsabilidade individual como horas de estudo e reprovação de disciplinas, no caso da reprovação em uma disciplina. Os autores concluíram que “[...] caso os alunos reprovados em pelo menos uma disciplina não tivesse passado por tal fato, sua média evoluiria positivamente em 26% [...]”.

Com esses estudos apresentados, compreende-se que estudar o CPC é importante para compreender o desempenho dos discentes, pois esse indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação, tem na sua composição 20% do desempenho dos estudantes, sendo que esses dados são obtidos a partir das notas dos estudantes concluintes no Enade e 35% do valor agregado pelo processo formativo, que é calculado a partir do IDD, esse indicador de qualidade que mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

O desenvolvimento cognitivo dos alunos deve ser o objetivo principal de qualquer modalidade de sistema, um bom desempenho acadêmico já é um indicador de qualidade do sistema educacional. Considerando que na comunidade acadêmica tem poucos estudos sobre

essa temática relacionando EaD e o desempenho acadêmico e que tem sido feita análise por meio do sistema de avaliação do Enade e do CPC, esse estudo pretende responder à pergunta de pesquisa: Quais são os fatores que influenciam o desempenho dos acadêmicos dos cursos de Administração Pública, Letras – Português e Espanhol, Ciências Biológicas e Pedagogia da EaD da UFMS no Enade do ciclo avaliativo 2017 e 2018?

Foi realizado um recorte temporal para esse estudo, sendo utilizados os ciclos de 2017 e 2018 da avaliação do Enade, pois as atividades relacionadas à avaliação e regulação foram afetadas, o Inep cancelou todas as avaliações *in loco* das IES e dos cursos de graduação no ano de 2020. Sendo assim, o Enade 2020 foi para 2021 e o resultado dos indicadores de qualidade como o conceito Enade, IDD, IGC e CPC, os relatórios serão publicados em 2022

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que influenciam o desempenho dos acadêmicos dos cursos da Educação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Caracterizar o ensino de graduação no contexto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Apresentar uma análise comparativa dos indicadores de desempenhos disponibilizados pelos cursos de Educação a Distância no Conceito Preliminar de Curso.

Conhecer a percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos fortes e desafios encontrados na gestão do Conceito Preliminar de Curso.

Recomendar um conjunto de ações para potencializar o desempenho dos estudantes dos cursos de Educação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A temática do desempenho acadêmico ainda é um assunto pouco debatido entre os pesquisadores brasileiros. O desempenho acadêmico é um fator que influencia nas avaliações e nas taxas de sucesso das universidades brasileiras, o Enade integra um sistema que avalia o perfil de cursos e instituições. Por meio desse exame que é mensurado o desempenho dos estudantes do ensino presencial e a distância.

Utilizar os indicadores apresentados pelo Enade para identificar o desempenho acadêmico, e com o resultado do desempenho utilizar esses dados na tomada de decisão e melhorar a missão institucional é um dos objetivos da UFMS, inicialmente o *Relatório de Autoavaliação Institucional: Ano Base 2020*, posteriormente utilizado *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021*, do *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. Porém, esse objetivo é apresentado para os cursos presenciais da instituição e não é apresentada uma meta para a EaD (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019a, 2021a, 2022a).

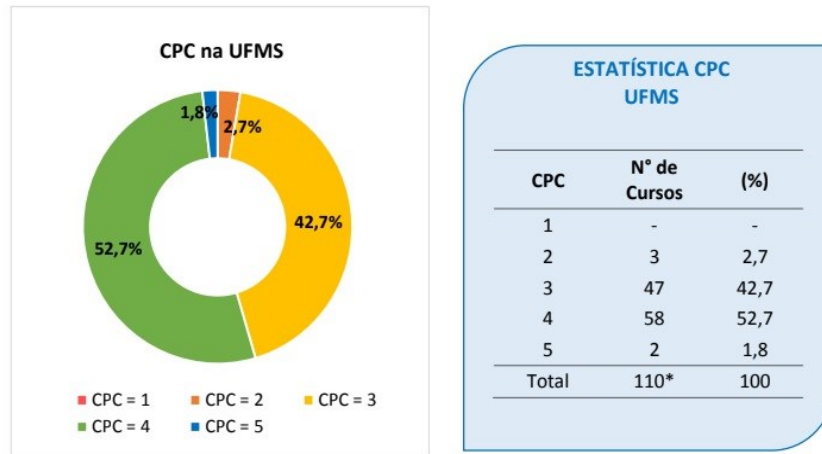
O *Relatório do Plano de Desenvolvimento da Unidade da Agência de Educação Digital e a Distância da UFMS* apresenta como meta aumentar a taxa de discentes matriculados na modalidade da EaD da Instituição, a institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação nesta modalidade. Apresenta também como meta o crescimento das salas de aulas tecnológicas e o crescimento na modalidade EaD no ensino presencial, porém não apresenta como meta a utilização de indicadores de desempenho para melhorar o desempenho dos alunos da EaD ou melhorar o CPC (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Conforme o *Relatório da Diretoria de Avaliação Institucional da UFMS 2020*, dos 110 cursos de graduação da UFMS cadastrados no Sistema e-MEC<sup>1</sup> e que possuem conceito Enade e CPC para 2017, 2018 e 2019, 47 cursos possuem conceito três no CPC, conforme demonstrado na Figura 1 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019b).

---

<sup>1</sup> Sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino.

FIGURA 1 – Indicadores de qualidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ciclo avaliativo 2017, 2018 e 2019



**Nota: Dados atualizados em 29/12/2020.**

(\*) Para o cálculo foram considerados todos os cursos de graduação da UFMS cadastrados no Sistema e-MEC e que possuem conceito ENADE e CPC para os anos analisados.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019b).

Os cursos analisados que obtiveram o conceito 3 no CPC na UFMS se enquadram no estudo realizado por Oliveira e Piconez (2017), sendo que nas graduações a distância mais de 65% possuem conceito três. Conforme a legislação vigente, esse conceito é o mínimo e o curso não tem o risco de sofrer intervenção externa:

[...] ficou visível que há uma quantidade muito maior de cursos com conceito 3, o mínimo para não passar por avaliações externas *in loco*.

Alguns aspectos podem ainda ser problematizados. Há que se pensar, por exemplo, que os cursos a distância têm realizado o mínimo para não sofrerem riscos de intervenção externa, o que reduz muito o número de cursos tidos como “de excelência” (conceitos 4 e 5), bem como os de “baixa qualidade” (conceitos 1 e 2). [...] (OLIVEIRA; PICONEZ, 2017, p. 848).

Cortelazzo e Elisei (2021, p. 213), em estudo sobre o desempenho dos estudantes de cursos presenciais e a distância no Enade nos ciclos avaliativos de 2015 a 2017, concluíram que “[...] em 2016 e 2017 os cursos a distância tiveram maiores percentuais de notas 1 e 2 quando comparados aos presenciais. Finalmente, as notas 3 oscilaram pouco e de forma aleatória, mantendo-se em torno dos 50% em todos os anos [...]”.

Percebe-se que a temática do desempenho dos estudantes para a EaD ainda não é explorada pelas instituições de ensino e por pesquisadores, tem poucos estudos para compreender a qualidade dos cursos e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos dessa modalidade de educação. Assim sendo, justifica-se a importância deste estudo para UFMS que, entre o período de 2008 a 2014, segundo dados da Agência de Educação Digital e a



Distância (AGEAD) da UFMS, a instituição possuía 5.502 alunos matriculados e 1.852 alunos formados (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

A EaD da UFMS atualmente oferece cinco cursos pelo UAB, os cursos de Administração Pública, Letras – Português e Espanhol, Pedagogia e Ciências Biológicas possuem CPC nota 3, e apenas o curso de Educação Física possui CPC nota 4; considerando que a Instituição tem por objetivo aumentar a oferta da expansão da EaD, mas ainda não tem políticas em seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para identificar o desempenho desse acadêmicos para conhecer a qualidade do curso oferecido e o desenvolvimento desses estudantes.

Os cursos da EaD da UFMS são cursos recentes, além da pesquisa do desempenho do estudantes, a pesquisa objetiva caracterizar os cursos e conhecer suas ações estratégicas estabelecidas para essa modalidade, identificar os fatores influenciam o desempenho dos acadêmicos, sendo análise feita pelo Enade e também sendo essa análise realizada os pontos fortes e os desafios encontrados na gestão do CPC, além de descrever essas características de seus cursos será possível recomendar um conjunto de ações para os estudantes da doravante EaD – UFMS.

#### 1.4 ADERÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O Mestrado Profissional em Administração Universitária tem como objetivo estudar e aplicar sistemas, modelos e técnicas para o desenvolvimento das instituições da educação superior. Possui como área de concentração a Gestão Universitária, dividida em três linhas de pesquisa: Análises, Modelos e Técnicas em Gestão Universitária; Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica; e Políticas Públicas e Sociedade.

No Quadro 2 estão os 22 estudos encontrados nessa linha de pesquisa, sendo 20 pesquisas com ênfase para gestão acadêmica (90,9%) e apenas duas pesquisas na área da avaliação (9,1%).

QUADRO 2 - Sistemas de avaliação e gestão acadêmica, período 2021 a 2012, da Universidade Federal de Santa Catarina – dissertação de mestrado em Administração Universitária

Ano	Título	Autor	Orientador
-----	--------	-------	------------

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>
2021	<i>Fatores Críticos de Sucesso para Auxiliar na Prestação de Contas de Convênios em Universidade Federais Públicas Brasileiras</i>	Neli Teresinha Ferreira Machado	Alexandre Marino Costa
2021	<i>Arrecadação e Destinação de Recursos Próprios em Universidades Federais Brasileiras</i>	Gleci Becker Facco	Alexandre Marino Costa
2020	<i>Proposta de Diretrizes para a Aplicabilidade da Autoavaliação Institucional na Gestão dos Cursos de Graduação</i>	Liliane Machado Martins	Andressa Sasaki Vasques Pacheco
2020	<i>A avaliação de Desempenho Docente e sua Contribuição para a Qualidade do Ensino de Graduação: um Estudo nos Cursos de Graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC</i>	Francyne Martins Espíndola	Lourdes Alves
2019	<i>Diretrizes de Gestão de Egressos para Faculdades de Tecnologia</i>	Thais Hoffman Arnoni	Andressa Sasaki Vasques Pacheco
2019	<i>Avaliação dos Processos Inerentes à Plataforma Sucupira dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu – Modalidade Profissional da UFSC</i>	Sabrina Fonseca de Conto	Lourdes Alves
2017	<i>Gestão Acadêmica: Proposta de Manual para Coordenadores de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	Tereza Cristina Meurer Antunes	Raphael Schlickmann
2017	<i>Gestão Acadêmica nos Mestrados Profissionais em Administração: Práticas Docentes</i>	Márcia Dietrich Santiago	Alexandre Moraes Ramos
2017	<i>Grau de Maturidade do Processo de Autoavaliação da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	Manuela Coelho Perez	Alexandre Moraes Ramos
2017	<i>Avaliação do Desempenho Acadêmico e da Evasão entre Discentes Cotistas e Não Cotistas</i>	Amalia Borges Dário	Rogério da Silva Nunes
2017	<i>A Gestão de Egressos como Fonte de Informações Estratégicas para a UFFS</i>	Lilian Wrzesinski Simon	Andressa Sasaki Vasques Pacheco
2016	<i>A Inserção dos Cursos Superiores de Tecnologia na Pós-Graduação: Um Estudo de Caso no SENAC – Santa Catarina/SC</i>	Francine dos Santos Corrêa da Silva	Rogério da Silva Nunes
2016	<i>Avaliação de Desempenho dos Egressos do Curso de Doutorado em Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior</i>	Rodrigo Otávio Botelho	Marcus Vinicius Andrade Lima
2016	<i>A Oferta de Cursos na Modalidade a</i>	Sônia Rejane da	Andressa Sasaki

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>
	<i>Distância da UFSC: Estudo dos Polos de Roraima</i>	Silva	Vasques Pacheco
2016	<i>A Gestão Universitária e a Evasão no Curso de Graduação em Engenharia de Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	Jussara Orige Bach Gonçalves	Gilberto de Oliveira Moritz
2015	<i>Evasão dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (2010-2014) da Universidade do Sul de Santa Catarina/Unisul – Campus Sul, Tubarão /SC</i>	Isabela Faraco Siqueira Canziani	Alessandra de Linhães Jacobsen
2015	<i>Egressos: Estudo do Curso de Ciências Econômicas na Modalidade a Distância de uma Universidade Pública Federal</i>	Roberto Carlos Alves	Andressa Sasaki Vasques Pacheco
2014	<i>Análise Qualitativa dos Indicadores do SINAES em Relação às Ações dos Tutores na Educação Superior a Distância</i>	Maria Aparecida Silva Alves	Marcos Baptista Lopez Dalmau
2014	<i>Análise da Evasão de Alunos nos Cursos de Licenciatura: Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina</i>	Raphael Thiago Gerba	Mário de Souza Almeida
2013	<i>Evasão no Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Presencial da UFSC</i>	Ana Aparecida Gomes Mallmann	Rudimar Antunes da Rocha.
2013	<i>Causas para Evasão dos Alunos do Curso de Graduação a Distância em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	Jair Napoleão Filho	Andressa Sasaki Vasques Pacheco
2012	<i>Análise das ações que confirmam a relação entre o IGC e o PDI: um estudo em Faculdades Isoladas no Sul de Santa Catarina</i>	Thiago Henrique Almino Francisco	Pedro Antônio de Melo

Fonte: iLibrary.org (2022) e Universidade Federal de Santa Catarina (2022).

Os resultados dos estudos desenvolvidos nesta linha de pesquisa mostram 20 pesquisas com ênfase para gestão acadêmica e apenas duas na área da avaliação. Os estudos desenvolvidos na área da gestão acadêmica debatem a temática da evasão nos cursos de graduação presencial e a EaD e estudos sobre avaliação, cujos títulos e autores são: *Análise das Ações que Confirmam a Relação entre o IGC e o PDI: um Estudo em Faculdades Isoladas no Sul de Santa Catarina* (2012), de Thiago Henrique Almino Francisco, e *Avaliação de Desempenho dos Egressos do Curso de Doutorado em Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior* (2016), de Rodrigo Otávio Botelho.

A pesquisa será enquadrada na linha de pesquisa de Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica que visa estudar sistemas de avaliação e indicadores aplicados às instituições de educação superior. Essa linha de pesquisa estuda o SINAES, a avaliação institucional, autoavaliação, Enade e avaliação de cursos, também estuda a avaliação da pós-graduação e a gestão acadêmica como evasão, permanência, egressos, implementação e gestão do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Essa pesquisa contribuirá para o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, considerando que essa temática é pouco estudada e que as dissertações disponíveis no sítio do programa desde 2012 não têm trabalhos publicados voltados à temática da EaD e o desempenho acadêmico, sendo essa análise realizada via CPC.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo estão abordados a gestão universitária e os desafios da administração universitária, o histórico da avaliação superior e o atual sistema de avaliação do ensino superior brasileiro.

### 2.2 A GESTÃO UNIVERSITÁRIA, SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Com a reforma universitária estabelecida pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, as universidades têm por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Para desenvolver essas atividades, a referida Lei também atribui para as instituições de educação autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercidas na forma da lei e por meio de estatutos. Além da definição das atividades atribuídas, existem legislações que dispõem sobre a organização das instituições de educação superior (BRASIL, 1968).

Conforme o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas serão credenciadas como faculdades, centros universitários e universidades (BRASIL, 2017a). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída por meio da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define em seu artigo 52, que “[...] As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]”, além desta definição, os incisos I a I, apresenta características dessas instituições:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996).

A legislação brasileira apresenta definições e características das instituições da educação superior, bem como a literatura traz definições sobre a administração universitária. Schlickmann, Oliveira e Melo (2014, p. 160) definem a administração universitária como

[...] disciplina ou campo científico que tem por objeto de estudo as organizações de educação superior e que conceitualmente pode ser definida como processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros das organizações de educação superior, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos.

Por meio das contribuições de Meyer Júnior (2014, p. 14), é apresentada a definição das universidades como “[...] organizações *sui generis*, cuja complexidade, objetivos e especificidades influenciam sobremaneira sua administração [...]”. Ribeiro (1977, p. 4) apresenta que administração universitária tem tratado de forma mais científica aos exercícios de suas funções:

A tradição é o empirismo. Presume-se que quem leciona ou tem certo nível intelectual é também capaz de administrar. Estranhamente, é a própria Universidade que forma especialistas em Administração para oferecê-los ao mercado de trabalho, mas não para utilizá-los como seus administradores. “Casa de ferreiro, espeto de pau”, no aforismo popular.

Com a apresentação das características e a finalidade de suas atividades desempenhadas, percebe-se que as instituições de ensino se tornam instituições complexas para administrar, Souza (2009) afirma que a gestão universitária compreende duas modalidades distintas: os serviços administrativos e de infraestrutura e a dimensão acadêmica, que constituem um campo complexo de trabalho para os gestores universitários, cuja formação exige a aquisição de competências administrativas, técnicas e humanas.

Para Meyer Júnior (2014, p. 13), a gestão das universidades tem se valido de modelos e paradigmas criados para outros contextos organizacionais, o autor também afirma que “[...] Um dos pontos críticos da gestão das universidades tem sido a inexistência de uma teoria própria [...]” e que “[...] Administrar uma organização acadêmica, cuja missão é educar seres humanos, requer visão, intuição, sensibilidade e o uso de ferramentas administrativas adequadas às especificidades deste tipo de organização [...]”.

As universidades evoluíram com a sociedade, acompanhando as mudanças e se adaptando no contexto em que estão inseridas, afetando também a maneira de administrar essas instituições. Campos (2011, p. 3) ressalta que as instituições da educação superior também tiveram que se readaptar, “[...] em especial as IES privadas, por razões como o acirramento do setor, maior demanda por qualidade e um comportamento mais crítico dos clientes.”

Meyer Júnior, Pascucci e Mangolim (2012, p. 50) apontam desafios que as universidades estão tendo para se adaptarem as mudanças exigidas

As IES, em particular as universidades, têm sido pressionadas a reverem sua gestão e buscarem formas mais eficientes e eficazes de atuação. Entre os motivos, destacam-se as constantes mudanças na política educacional, as demandas do setor produtivo, as flutuações na demanda por cursos e as renovadas necessidades e expectativas dos alunos.

Os autores também afirmam que para enfrentar os problemas, os gestores das universidades estão aderindo ao planejamento estratégico, por sua vez, o governo, tem estabelecido para as instituições públicas e privadas a formulação, como condição essencial para seu funcionamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (MEYER JÚNIOR, SERMANN, MANGOLIM, 2004).

O planejamento estratégico tem grande importância na gestão de uma instituição de ensino, como na etapa da avaliação, conforme a Portaria Normativa MEC n. 40, de 12 de dezembro de 2007, a Comissão de Avaliação verificará os dados informados pela instituição, dando ênfase ao PDI quando se tratar de avaliação institucional, desse modo percebe-se a importância do planejamento para auxiliar a gestão das universidades até nas avaliações dos cursos oferecidos (BRASIL, 2010).

Uma forma de contribuir para a gestão das universidades é por meio das avaliações institucionais, conforme apresenta Dias Sobrinho (2010, p. 195):

A avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social [...].

Para Brito (2008, p. 841-842), a avaliação pode ser usada como referencial para que as instituições de educação superior disponham de evidências empíricas para suas potencialidades e realizações:

[...] Conhecendo e dando a conhecer os elementos que integram e interagem em cada IES, é possível transformá-la em direção às metas almejadas, organizando a instituição de modo que esta atue e forme profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança.

A avaliação como uma ferramenta para aprimorar a gestão das universidades é um desafio para o gestor universitário, considerando que as instituições de ensino são complexas e esse fator afeta o processo da administração destas instituições e as escolhas da gestão. Dias Sobrinho (2010, p. 196) analisa que a avaliação e transformações educacionais atuam em

conjunto, sendo que a avaliação “[...] é um dos motores importantes de qualquer reformar ou modelação e toda mudança contextual produz alterações nos processos avaliativos [...]”.

Meyer Júnior (2014, p. 20) apresenta uma agenda para a administração universitária, dividida em dois grupos, sendo que uma delas está relacionada à administração da área acadêmica e das unidades que a integram, nessa é apresentada a prática da avaliação nas instituições:

[...] Busca-se conhecer práticas inovadoras relacionadas à administração de cursos, inovação curricular, atração e retenção de alunos, produção acadêmica e sua avaliação, sistema de matrículas, avaliação discente e docente, aprendizado, cooperação com o setor produtivo, avaliação de programas e avaliação institucional, dentre outros aspectos [...].

Além da administração das práticas acadêmicas e das unidades, as universidades também utilizam de sistemas de administração, conforme aponta o autor referem-se à incorporação, pela administração superior das universidades, de adaptações de modelos empresariais trazidos para dentro das organizações acadêmicas (MEYER JÚNIOR, 2003).

As universidades se adaptam com as mudanças impostas pela sociedade e com essas mudanças um dos grandes desafios dos gestores universitários é identificar uma nova forma de administrar, que se enquadre nos modelos das universidades, que são classificadas pelos pesquisadores como organizações complexas para se administrar como aponta Meyer Júnior. (2014, p. 23):

[...] Novos tempos exigem uma nova administração universitária. Abordagens empresariais predominantes na literatura e na prática da administração, com seus pressupostos racionalistas, não se coadunam com a realidade complexa das organizações acadêmicas e suas especificidades [...].

### 2.3 O HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Conforme Dias Sobrinho (2010), avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. A avaliação além de estar presente no sistema educacional, também está presente nas relações profissionais e interpessoais, sendo que o resultado da avaliação permite que seja analisado aspectos do comportamento humano e da conduta das organizações, desse modo sendo possível adotar novas práticas e objetivos para serem alcançados.



Dias Sobrinho (2001, p. 7-8) afirma que “A avaliação tem muitas faces. Significa muitas coisas, se apresenta de muitos modos e busca cumprir distintas finalidades. [...]”, também aponta a avaliação como “[...] plurirreferencial, semanticamente plural, dotada pois de múltiplos sentidos e interesses distintos e contraditórios, como tudo o que se realiza na esfera social e pública dos valores e ideologias [...]”. O autor também apresenta os resultados que a avaliação produz sentidos, provoca modificações, transforma, solidifica valores, e na educação a avaliação tem destaque importante.

Na concepção de Hey, Silva e Gumbowsky (2019, p. 104-105), a avaliação é um procedimento técnico, que utiliza de metodologias adequadas à sua realização, permitindo mensurar a eficácia da organização e conceituam a avaliação institucional:

A Avaliação Institucional está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Empregar a avaliação como instrumento para melhorar a qualidade da educação superior é uma das prioridades das instituições de ensino, conforme Heiderscheidt e Forcellini (2021, p. 179), “[...] A avaliação é uma realidade nas instituições de ensino superior do país. Faz-se presente em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e mesmo nas práticas administrativas de uma universidade.”

Pederneiras *et al.* (2011) afirmam que

[...] A autoavaliação é um ganho para a universidade, possibilitando o pensar de modo sistemático sobre a natureza da instituição e o seu papel na atualidade, conduzindo à busca da coerência entre o que se diz e o que se faz, proporcionando a reflexão sobre a manutenção ou modificação de prioridades.

As instituições de ensino dividem as avaliações internas e externas, Schwartzman (2008, p. 12) pontua que

[...] as avaliações externas trazem para dentro dos cursos e instituições avaliadas oportunidades de entrar em contato com pessoas experiente em suas áreas, e são levadas a se comparar com outras, saindo do isolamento e da auto-suficiência [sic] [...].

As instituições de ensino são pressionadas pela sociedade para apresentar o que estão produzindo, desse modo as avaliações desempenham um papel importante nessa “prestação

de contas”, por meio dela, as instituições apresentam o resultado do “produto” produzido por elas, como a qualidade dos cursos oferecidos, o desempenho da instituição e dos alunos.

Propostas para implantar sistemas para avaliação do ensino superior foram atividades formais, porém algumas dessas propostas não se consolidaram. O surgimento dessa atividade iniciou por meio dos relatórios encaminhados para os órgãos responsáveis pelo desempenho das instituições de ensino como *Relatório Meira Matos* (1969) e o *Relatório do Grupo de Trabalho Universitário* (1968) constituído pelo MEC para estudar a crise da universidade (ZANDAVALLI, 2009).

A avaliação da educação superior no Brasil, com caráter sistemático e contínuo, tem suas origens em 1977 quando as instituições brasileiras de educação superior começaram a ter os cursos de pós-graduação avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (LEITE, 1997; ZANDAVALLI, 2009).

A partir da década de 1980 que é possível identificar propostas significativas de mudanças para avaliação do ensino de graduação. Em junho de 1983 é proposto o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), instituído pelo MEC e da Cultura, ele foi elaborado por um Grupo Gestor que era formado por pesquisadores com experiência em projetos e por profissionais do MEC.

Conforme Barreyro e Rothen (2008, p. 133-134),

[...] O PARU pretendia realizar “investigação sistemática da realidade”, por meio de estudos, pesquisas e debates, tanto da implementação das propostas da reforma universitária de 1968 quanto das particularidades institucionais e regionais.

O PARU, conforme o Grupo Gestor, objetivava identificar as condições que se realizavam as atividades de produção e disseminação do conhecimento da educação superior. Para concepção dos estudos duas áreas foram criadas, a primeira foi a Gestão das Instituições de Educação Superior, que visava estudar sobre a parte administrativa e financeira e a segunda sobre produção e a disseminação do conhecimento, essa área tratava sobre a produção e disseminação do conhecimento, analisava o ensino, a pesquisa e as interações com a comunidade (KRAEMER *et al.*, 2016).

Porém, os resultados dos estudos do PARU não chegaram a ser apresentados, o Programa foi desativado um ano depois, e o que resultou no término foram as disputas internas ao próprio MEC, em torno de quem competia fazer a avaliação da Reforma Universitária (CUNHA, 2013).

Cunha (1997, p. 23) aponta que “[...] Os dados de milhares de questionários não sequer foram apurados e vários estudos institucionais não passaram das versões preliminares.” Com a mudança de governo no Brasil, o Presidente Sarney criou por meio do Decreto n. 91.117, de 29 de março de 1985, a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, desse modo o PARU acabou sendo “engavetado” (BRASIL, 1985a; CUNHA, 1997).

A Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior foi composta por professores universitários, resultando em um trabalho que teve duração de seis meses, o fruto deste trabalho foi um documento final estruturado em três itens. Conforme Zandavalli (2009, p. 405), “[...] O documento final foi estruturado em três itens: I A Crise do ensino superior; II Os princípios da nova política; III Propostas para a nova universidade; [...]”.

Segundo o mesmo autor, o referido documento também apresentava recomendações para a Autonomia Universitária, para Gestão Democrática e Controle Social da Universidade, para Universidades e Instituições Isoladas de Ensino Superior, para Ensino Público e Ensino Particular, para Reformulação do Conselho Federal de Educação, para A Avaliação do Desempenho na Educação Superior, para o Financiamento do Ensino Superior, para a Articulação do Ensino Superior com os graus anteriores, Ensino de Graduação, para o Ensino de Pós-Graduação e a Pesquisa Científica, para o Corpo Docente e Discente e o Pessoal Técnico-Administrativo.

Ressalta-se à necessidade da avaliação e a ausência de padrões:

A ausência de parâmetros afeta o ensino superior sob muitos pontos de vista. Para o governo, ela não permite que se tenha uma política racional de alocação de recursos públicos, que fortaleça as melhores instituições e induza as demais ao aperfeiçoamento. Para professores e administradores educacionais, ela impede que saibam exatamente como melhorar suas instituições, quais os falsos caminhos, quais as soluções mais promissoras. Para o candidato à universidade e sua família, a escolha de uma escola superior e de uma profissão é como uma loteria: os alunos decidem suas carreiras baseados em fragmentos de informação, o que explica, em parte, a grande frustração e um certo ceticismo que acabam permeando o sistema universitário do País. (BRASIL, 1985b, p. 52-53).

Com a conclusão do relatório, o presidente Sarney por meio do artigo 1º, inciso IV, Decreto n. 92.200, de 23 de dezembro de 1985, institui no âmbito do MEC o Programa Nova Universidade e destaca que: “IV - a implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação das instituições de ensino superior.” (BRASIL, 1985c).

Criado e instaurado pelas Portaria MEC n. 100, de 6 de fevereiro de 1986, e Portaria MEC n. 170, de 3 de março de 1986, o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES) prosseguiu com os trabalhos da Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior, que tinha por finalidade elaborar uma proposta de reformulação do “ensino” superior (GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1986).

O relatório abordava vários aspectos da educação superior, na abordagem da reformulação da avaliação o GERES defendia que parte do financiamento das atividades das instituições de ensinos federais deveria estar vinculada aos resultados da avaliação de desempenho (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

A avaliação, na visão do GERES, teria a função primordial de controlar a qualidade do desempenho da Educação Superior, especialmente a pública. No caso do setor privado, o próprio mercado faria a regulação, pois esse setor depende do sucesso do seu produto para obter os recursos para a sua manutenção e expansão. Assim nessa lógica, o financiamento da educação superior cumpriria, para o setor público, o mesmo papel que o mercado tem em relação ao privado. (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 145).

O documento também tratava de outros aspectos da educação superior, teve como objetivo limitar os estudos sobre a reformulação da legislação referente às instituições públicas, sendo que o GERES justificou essa decisão, pois o grupo entendia que a estrutura das instituições de ensino limitava a autonomia e o desempenho, conforme foi previsto pela Reforma Universitária. Segundo Barreyro e Rothen (2008, p. 144), “O GERES compreendia que o que definiria a universidade não seria nem a pesquisa e nem a universalidade dos campos do saber, mas, sim, a sua autonomia didática, administrativa e financeira [...]”. Outro tema que também foi debatido pelo Grupo refere-se ao Conselho Federal de Educação que não poderia se tornar uma agência de avaliação devido ao que foi estabelecido na estrutura estabelecida pelo GERES, essa atividade seria desempenhada pela Secretária da Educação Superior que está subordinada ao MEC.

Todo o estudo elaborado pelo GERES resultou em um documento geral e duas propostas de lei que não foram enviadas para apreciação do Congresso Nacional, essa tomada de decisão gerou manifestações da comunidade acadêmica, porém os documentos elaborados deixaram seu legado para a avaliação da educação superior, o relatório do Grupo prenuncia aspectos concretizados por meio do Exame Nacional de Cursos, implementado a partir de 1995, o conhecido “Provão” (ALMEIDA JÚNIOR, 2004; ZANDAVALLI, 2009).

Os estudos e os documentos produzidos durante a década de 1980 contribuíram para a avaliação da educação superior no Brasil porque acarretaram nas primeiras ideias sobre a temática. No entanto, foram apenas nos anos 1990 que foram criadas as primeiras políticas de avaliação na América Latina, incluindo países como a Argentina, Chile, Brasil, essas reformas na avaliação foram inspiradas pelas políticas neoliberais de ajuste estrutural latino-americana (BARREYRO, 2018).

Em 1993, a Secretaria de Educação Superior do MEC estabeleceu a criação da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com objetivo de conduzir o processo de avaliação institucional, que foi coordenada pelo Departamento de Política do Ensino Superior da Secretaria da Educação Superior, essa comissão foi composta por membros da comunidade universitária brasileira (BRASIL, 1994).

Após a criação das comissões, os membros realizaram seminários e estudos, como também definiram um prazo para a apresentação das propostas para implementação do processo, a Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior apresentou uma minuta de um Documento Básico para Avaliação Institucional nas Universidades, que foi encaminhado para sugestões às instituições participantes. Em dezembro de 1993, a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras publicou o Documento Básico sobre a avaliação e a Secretaria da Educação Superior publicou o Edital convidando as Instituições de Ensino Superior (IES) a apresentarem projeto para os anos seguintes (BRASIL, 1994).

Esse processo é o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), foi a primeira tentativa de implantação de um sistema nacional de avaliação institucional da educação superior no país:

[...] Este Programa foi criado oficialmente em 1993, e caracterizou-se como uma resposta ao movimento realizado pelas universidades públicas brasileiras, referente ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional que fosse centrado na graduação. O PAIUB, contando com a adesão voluntária das IES, caracterizou-se como um Programa construído pelas mesmas, com o objetivo de desenvolver um processo de avaliação institucional valorizando as especificidades de cada instituição. (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006, p. 427).

A avaliação de desempenho das Universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e

sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

O objetivo geral do PAIUB era de rever e de aperfeiçoar o “[...] projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas [...]” (BRASIL, 1994, p. 13). O PAIUB apresenta características do processo de avaliação que deve aliar a avaliação interna à avaliação e o processo da avaliação deve ser:

[...] contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica. Assim, não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas. (BRASIL, 1994, p. 14).

Para a implantação do PAIUB, o Programa recebeu investimentos por parte da Secretaria do Ensino Superior do MEC, o financiamento aconteceu por meio de editais, sendo o primeiro em 1993, ainda teve mais outros editais nos anos posteriores, porém esse financiamento foi interrompido e, apesar do Programa ter sofrido novas alterações, não conseguiu se estruturar como um programa de avaliação do ensino.

Por meio da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Governo Federal alterou a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, a nova alteração incluía que o MEC realizasse avaliações periódicas das instituições de ensino e dos cursos de graduação (BRASIL, 1995). A nova redação do artigo 3º, § 1º, passou a vigorar com o seguinte dispositivo:

Art. 3º Com vistas ao disposto na letra e do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação. (BRASIL, 1995).

Com a nova redação, o Portaria MEC n. 249, de 18 de março de 1996, criou o Exame Nacional de Cursos, também conhecido como Provão, que tinha por objetivo a avaliação dos cursos pelos resultados de desempenho dos estudantes (ALMEIDA JÚNIOR, 2004; ZANDAVALLI, 2009). Em 1996, foi o ano em que os primeiros cursos foram avaliados, cursos esses de Administração, Direito e Engenharia Civil e foi ampliando gradualmente, até a sua última edição em 2003, a aplicação do Provão alcançou 30 áreas de conhecimento (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2021b).

Na análise de Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006, p. 429), o Provão desencadeou várias ações de modificação nas IES. Tais como, reformulação de currículos e formas de trabalho, tendo como objetivo avaliar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos discentes que estavam concluindo os cursos, aos concluintes a prestação do Exame era condição obrigatória para obtenção do diploma, e os alunos deveriam prestá-lo no ano de conclusão do curso, independentemente do regime de execução curricular, conforme Portaria MEC n. 249/1996.

Os efeitos da avaliação do Provão são analisados por Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006), os quais ponderam que o Provão foi um regulador não tradicional, as notas dos cursos e das instituições foram amplamente divulgadas pela mídia, se tornando mercadológico, outra ponderação feita pelas autoras é em relação aos reais resultados obtidos pelo Provão, havia notas distorcidas para os cursos.

O Provão finalizou em 2003, com os resultados da experiência do exame, os pesquisadores envolvidos nos estudos de sistema de avaliação ainda tinham por objetivo transformar a avaliação da educação superior desenvolvendo um sistema amplo, integrado e envolvendo as instituições na sua globalidade (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006). Desse modo, iniciaram-se os estudos para um novo sistema de avaliação da educação superior (QUADRO 3).

QUADRO 3 - Histórico da avaliação da educação superior do Brasil, período 1983-2004

Ano	Regulações e mecanismos de avaliação da Educação Superior
1983	PARU – Programa de Reforma Universitária Desenvolvido no final do Governo Militar, por iniciativa do Conselho Federal de Educação; foi desativado um ano após sua instauração. Tinha função formativa, avaliação era interna e investigativa a sistemática da época.
1985	CNRES – Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, instituída por meio do Decreto n. 91.177, de 29 de março de 1985. Tinha função de regulação, a avaliação era externa e envolvia financiamento.
1986	GERES – Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior, instituído por meio da Portaria MEC n. 100, de 6 de fevereiro de 1986, e instalado pela Portaria MEC n. 170, de 3 de março de 1986. Tinha função de regulação e a avaliação era externa.
1993	PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto n. 2.026, de 10 de outubro 1996. Tinha a função formativa e a avaliação era a autoavaliação e avaliação externa.
1995	Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, instituído por meio da Medida Provisória n. 967, de 12 de abril de 1995, por meio da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995.
2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Fonte: Barreyro e Rothen (2008).

É possível compreender com o histórico da avaliação da educação superior, que o sistema de avaliação passou por transformações, Rothen e Barreyro (2014, p. 63) contribuem analisando as características que cada sistema possui. PAIUB e o “Provão” possuem padrões diferentes, o PAIUB tem como modelo uma avaliação formativa, já o Provão é somativa, definida pelos os autores como um tipo de avaliação que “[...] verifica os resultados alcançados ao final do processo (na concepção do Provão, aplicando um exame final aos alunos formandos), apresenta um viés regulatório devido à utilização dada aos seus resultados.”, esse tipo de modelo é utilizado atualmente pelo SINAES que foi instituído em 2004 e está vigente atualmente.

#### 2.4 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA VISÃO DOS PARADIGMAS REGULATÓRIOS E OPERACIONAIS DO SISTEMA

Em 1996, foi sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a Lei n. 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essa legislação



apresentou atribuições para o Estado, que tem atribuições mais reguladoras e fiscalizadoras como em seu artigo 9º, inciso 8, e artigo 46, que estabelecem que a União incumbir-se-á:

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Essas mudanças na regulação do Ensino Superior mostraram um amadurecimento na regulação e avaliação da Educação Superior. Tais mudanças levaram a afirmação de que a regulação da educação superior se encontrava, então, em um grau de conhecimento e amadurecimento apropriados ao aprimoramento dos instrumentos destinados a este fim, culminando, por meio da Lei n. 10.861/2004, com a criação do SINAES (CAVALCANTI; GUERRA, 2019, 2020).

Para alcançar esse conhecimento e escolher os instrumentos adequados para a regulação da educação superior foram realizados estudos e instituídas legislações sobre a temática, proporcionando um amadurecimento até a criação do SINAES.

Destaca-se a contribuição do artigo 6º, da Lei n. 9.131/1995, que propôs atribuições ao MEC como “[...] formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.”, também criou o CNE e avaliações das instituições e dos cursos superiores.

A Lei 9.131/95 dentre suas disposições previu a criação de um conjunto de avaliações periódicas das instituições e cursos superiores, sobressaindo o propósito da realização anual de exames nacionais, com base em conteúdos mínimos estabelecidos e previamente divulgados para cada curso. Tais exames estariam destinados a aferir conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação, cujos resultados deveriam ser divulgados anualmente pelo MEC. Ressalte-se a intenção prevista na lei em utilizar as avaliações para orientar a política educacional do Ministério da Educação, também quanto à qualificação do corpo docente. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2004b, p. 28).

A contribuição do artigo 17, incisos I e II, do Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001, foi a de atribuir competência e de organizar e executar a avaliação de cursos de graduação e das IES ao INEP entre os trabalhos que seriam desenvolvidos pelo Instituto estavam a:

I - avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo

as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II - avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior [...] (BRASIL, 2001).

Outro ponto importante que contribuiu para o sistema de avaliação foi o artigo 1º, inciso I, da Lei n. 9.448, de 14 de março de 1997, que atribuiu ao Inep “I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;”, após cinco meses é publicado uma portaria que torna obrigatório as IES encaminharem dados sobre o corpo docente, discente e sobre a Instituição (BRASIL, 1997). A Portaria MEC n. 2.517 de 22 de novembro de 2001, estabelece que as instituições devem responder ao censo da educação superior anualmente e interligar essa atividade ao Exame Nacional de Cursos. O censo é um pré-requisito às IES inscreverem alunos no Exame Nacional de Cursos e solicitarem a Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação Institucional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2004a, 2004b).

Na análise de Ristoff e Giolo (2006, p. 198) é abordada a importância da interligação dos dados de informação do censo da educação superior com o instrumento de avaliação:

[...] tornou-se fundamental integrar os instrumentos de avaliação com os de informação. Nesse sentido, bases de dados como o Censo da Educação Superior, o Cadastro Nacional de Docentes, a plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Cadastro de Instituições e Cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições, além de outras bases de dados do Inep e de outros do Governo tornaram-se parte integrante do novo processo avaliativo.

Os instrumentos de avaliação e de informação são um dos alicerces que contribuíram para a construção do SINAES. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 195) trata-se de “Um objetivo importante na concepção original do SINAES, coerente com a idéia [sic] de sistema, é a articulação entre a avaliação e a regulação [...]”.

O SINAES instituído por meio da Lei n. 10.861/2004, iniciou como uma proposta de campanha do Governo Lula, apresentando uma política de avaliação superior que enfatizasse a melhoria do desempenho dos acadêmicos, sendo que esse papel de avaliador e regulador seria desenvolvido pelo Governo e a política da avaliação não seria uma proposta que estimulasse a concorrência entre as instituições, visando o mercado (BARREYRO; ROTHEN, 2014; BRASIL, 2004a).

O SINAES tem duas atribuições principais, quais sejam: uma função avaliativa e uma função regulatória, desse modo são obrigatórias a participação das instituições de ensino públicas e particulares devendo participar de todo o processo do sistema de avaliação, conforme a redação dada pela Lei n. 10.861/2004 (art. 1º, § 1º).

Dias Sobrinho (2010) aponta que o SINAES busca construir um sistema nacional de avaliação da educação superior e afirma, também, que o sistema propôs a integração entre os instrumentos e momentos de aplicação, se baseando em uma concepção global de avaliação. No estudo analisado por Hey, Silva e Gumbowsky (2019, p. 104), o SINAES estabeleceu uma avaliação da educação superior no Brasil de forma mais homogênea ao avaliar todas as IES:

A criação do SINAES veio estabelecer uma avaliação do ensino superior no Brasil de uma forma mais homogênea ao avaliar todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Estas IES passaram a ser avaliadas a partir da promulgação da lei em 3 grandes eixos: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a Avaliação de Curso e a Avaliação da Instituição [...].

No artigo 3º, Lei n. 10.861/2004, do SINAES, são estabelecidos os objetivos da avaliação das instituições:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais [...] (BRASIL, 2004a).

O referido artigo apresenta essas dimensões que são obrigatórias: dimensão 1- a missão e o PDI; dimensão 2 – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; dimensão 3 – a responsabilidade social da instituição; dimensão 4 – a comunicação com a sociedade; dimensão 5 – as políticas de pessoal; dimensão 6 – a organização e gestão da instituição; dimensão 7 – a infraestrutura física; dimensão 8 – o planejamento e a avaliação; dimensão 9 – as políticas de atendimento aos estudantes, e dimensão 10 – a sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004a).

Para a avaliação das IES é utilizado dois processos à autoavaliação, organizada pela CPA e a avaliação externa, que é realizada pelo INEP/MEC brasileiro, sendo que para a autoavaliação cada instituição de ensino tem que constituir uma CPA e esta comissão tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. Segundo Cavalcanti e Guerra (2020, p. 21): “[...] A autoavaliação articula um estudo reflexivo segundo o roteiro

geral – proposto em nível nacional – acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo [...]”.

Na análise de Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006, p. 431) é importante que institua uma prática da avaliação para o bom desenvolvimento de uma instituição:

[...] A auto-avaliação [sic] busca, em primeira instância o auto-conhecimento [sic], que favorece a construção de uma cultura da avaliação na instituição e permite também que as IES se preparem, de uma forma mais aprofundada, para as diversas avaliações externas a que são submetidas freqüentemente [sic], principalmente através do processo de avaliação de cursos [...].

Após essa primeira etapa da avaliação interna, o processo entra em outra fase que é a avaliação externa, essa etapa é desenvolvida por membros externos, que são designados pelo INEP/MEC, que pertencem à comunidade científica e acadêmica. Essa etapa da avaliação é desenvolvida *in loco*, por meio de visitas dos membros externos que visam verificar as informações que foram encaminhadas anteriormente.

O segundo componente da avaliação do SINAES é a avaliação de cursos, conforme a legislação essa avaliação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, identificando o perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

A avaliação dos cursos de graduação é realizada por meio da medição de dois indicadores de qualidade, o Índice Geral de Cursos (IGC) e o CPC, o resultado da avaliação desses instrumentos é por meio de atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. Segundo Barreyro e Rothen (2014) e Ikuta (2016), a criação desses instrumentos está relacionada ao represamento de processos de credenciamentos; sendo que o aparecimento desses índices está relacionado, entre outros motivos, à situação de represamento de processos de credenciamento de instituições e reconhecimento de cursos, em especial nos anos 2003 a 2006, o que levou à necessidade de medidas legais para solucionar tais problemas.

O IGC é um indicador que avalia a instituição, e para o cálculo são utilizados os dados da média do CPC do último triênio do Enade, média dos conceitos de avaliação da trienal dos programas de mestrados e doutorados, que é realizada pela CAPES e a distribuição dos estudantes entre os níveis de ensino de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*.

Criado pela Portaria Normativa MEC n. 4/2008, o CPC utiliza-se dos resultados do Enade e, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011, p. 19),

[...] complementa o diagnóstico inicialmente traçado por meio do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), agregando outros componentes à avaliação, como variáveis de infraestrutura, corpo docente e respostas dos alunos – obtidas a partir do questionário do estudante – a itens como: infraestrutura e instalações físicas e recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo curso, além de titulação e regime de trabalho dos docentes, dados que são coletados no cadastro de cursos.

Conforme Girardi e Baratella (2017, p. 7), o CPC tem sido calculado e divulgado para cada curso de graduação avaliado desde 2015 e que esse indicador de qualidade é agrupado em quatro dimensões, sendo as seguintes: “a) desempenho dos estudantes; b) valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso; c) corpo docente; d) condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo.”, e constituído de oito componentes, conforme apresentados no Quadro 4.

QUADRO 4 - Composição do Conceito Preliminar de Curso

<b>Dimensão</b>	<b>Componentes</b>	<b>%</b>	<b>Peso</b>
Desempenho dos estudantes	Concluintes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	20,0	55
	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado	35,0	
Corpo docente	Proporção de mestre	7,5	30
	Proporção de doutores	15,0	
	Regime de trabalho	7,5	
Percepção discente sobre as condições do processo formativo	Organização didático-pedagógica	7,5	15
	Infraestrutura e instalações físicas	5,0	
	Incentivos da formação acadêmica e profissional	2,5	

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020).

Ressalta-se a importância de conhecer a composição do CPC para a compreensão do IGC, porque na constituição do IGC, conforme analisa Francisco (2012, p. 81), o IGC é composto de “[...] indicadores oriundos do Enade, utilizando diversos dados que contribuem com a gestão institucional, mas são considerados secundários no processo administrativo. [...]”, e considera a média do CPC, sendo que os dados do CPC fornecem informações para os atos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

De acordo com a Portaria Normativa MEC n. 4/2008, que regulamenta o CPC, o Inep divulgará o resultado do CPC no ano seguinte da realização do Enade e para o cálculo do CPC são necessários ao menos dois estudantes concluintes no curso que está sendo avaliado. Os cursos que obtiverem conceito igual ou superior a três, esse conceito é considerado satisfatório e pode dispensar a visita dos avaliadores, porém os que alcançarem o conceito um ou dois, o curso deve obrigatoriamente submeter a avaliação presencial para receber um conceito, ou se tornará um curso irregular (BRASIL, 2008).

O CPC e o IGC auxiliam nos processos de avaliação *in loco*, conforme o parágrafo único da Portaria Normativa MEC n. 40/2007, as comissões de avaliação utilizam esses conceitos como referenciais orientadores das avaliações presenciais, desse modo o resultado dessa avaliação *in loco* resulta em outro conceito que é o Conceito de Curso (BRASIL, 2010).

O terceiro componente da avaliação é a Avaliação do Desempenho dos Estudantes, isto é, o Enade, conforme a Portaria Normativa MEC n. 840, de 24 de agosto de 2018, o Enade avaliará o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação e é um componente curricular obrigatório, sendo a regularidade do estudante perante o Exame condição necessária para a conclusão do curso de graduação (BRASIL, 2018).

Realizado pelo Inep, o Enade ocorrerá todos os anos que, conforme estabelece o artigo 40, da Portaria Normativa MEC n. 840/2018, será em conformidade com as áreas de avaliação do ciclo avaliativo trienal, considerando a seguinte disposição:

I - Ciclo I:

- a) Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Engenharias e áreas afins;
- b) Cursos de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; e
- c) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança.

II - Ciclo II:

- a) Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; e áreas afins;
- b) Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e áreas afins, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas;
- c) Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; e
- d) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.

III - Ciclo III:

- a) Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins; e
- b) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design. (BRASIL, 2018).

O Enade é realizado por meio de uma prova que tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2018).

Além da prova, o Enade possui mais três instrumentos de coletas de dados que o compõe, tais como:

- a) questionário do estudante – destinado a levantar informações que permitam caracterizar o perfil dos estudantes e o contexto de seus processos formativos, relevantes para a compreensão dos resultados dos estudantes no Enade;
- b) questionário de percepção de prova – destinado a levantar informações que permitam aferir a percepção dos estudantes em relação ao instrumento previsto no inciso I (Prova), auxiliando, também, na compreensão dos resultados dos estudantes no Enade;
- c) questionário do coordenador de curso – destinado a levantar informações que permitam caracterizar o perfil do coordenador de curso e o contexto dos processos formativos, auxiliando, também, na compreensão dos resultados dos estudantes no Enade (BRASIL, 2018).

Conforme Brito (2008, p. 846), o Enade é um exame em larga escala e que avalia a trajetória do estudante, sendo aferidas as habilidades acadêmicas e as competências profissionais:

Essa habilidade acadêmica é, então, a capacidade de um indivíduo realizar determinadas tarefas, solucionar determinados problemas, dominar com sucesso determinadas exigências do meio, obtendo e demonstrando domínio do conhecimento e de tarefas relativas a uma determinada atividade. Esse aspecto é importante porque não é possível observar uma habilidade em sua forma pura, pois, a habilidade se manifesta durante a execução de uma atividade. O que pode ser observado são manifestações dos componentes de uma determinada habilidade.

Já a competência profissional é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. As competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do concluinte e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em situações definidas, e na promoção da qualidade de vida.

Segundo Cavalcanti e Guerra (2019), ocorreu uma revisão dos questionários do estudante e do coordenador de 2013, e essa mudança foi realizada baseada no instrumento de avaliação de cursos de 2012 e apontam para elaboração do primeiro manual do estudante, que era direcionado aos alunos concluintes, sendo criado em 2014.

Desde sua criação em 2004, o SINAES passou por transformações para aprimorar o processo de avaliação como o CPC, o IGC, entre outros instrumentos que contribuíram para a avaliação da educação superior no Brasil. Em 2017, o Inep elaborou uma Nota Técnica INEP n. 16/2017/CGACGIES/DAES propondo novos instrumentos para avaliação institucional externa presencial e a distância e para a avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

Foram apresentados cinco novos eixos para avaliação institucional externa presencial e a distância, divididos em eixos. Assim demonstrados a seguir: eixo 1 – planejamento e avaliação institucional; eixo 2 – desenvolvimento institucional; eixo 3 – políticas acadêmicas; eixo 4 – políticas de gestão; e eixo 5 – infraestrutura.

A mesma Nota Técnica também apresentou a separação dos instrumentos por ato autorizativo, conforme a nota, essa alteração possibilita que as comissões de avaliadores e os representantes das instituições consigam administrar de forma mais precisa com as informações e critérios de análise voltados para o ato autorizativo destinado a cada avaliação, potencializando o trabalho das comissões e a qualidade das avaliações *in loco*.

Para o ato de autorização, os pesos possuem ênfase nas dimensões 1 (Organização Didático-Pedagógica) e 3 (Infraestrutura), e para os atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, continua a relevância das dimensões 1 e 3, porém a dimensão 2 (Corpo Docente) ganha maior destaque, conforme Nota Técnica.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo estão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa para atingir os objetivos propostos, considerando as inferências de Almeida (2014). Nessa etapa da pesquisa, caracterizou a proposta, a descrição da população estudada e os procedimentos adotados, além da realização de a coleta de dados e de sua respectiva análise.

Com fulcro nas orientações de Almeida (2014), Creswell (2007), Richardson (2012) e Vergara (2016), foi construída uma base para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, possibilitando a criação de instrumentos para responder ao questionamento proposto, qual seja, identificar os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes da EaD da UFMS. Apresenta-se aqui uma síntese dos procedimentos que foram adotados para o desenvolvimento desta pesquisa:

- a) método e classificação da pesquisa – método indutivo, pesquisa qualitativa, pesquisa descritiva-explicativa, estudo de caso;
- b) unidades de análise – quatro cursos de graduação da EaD da UFMS, sendo analisados os acadêmicos e a entrevista com dois coordenadores;
- c) técnica de coleta de dados – pesquisa bibliográfica e documental, entrevista não-estruturada do tipo focalizada.

#### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Vergara (2016, p. 12), “[...] método é um caminho, uma forma, uma lógica, um pensamento [...]”, ao escolher um método, o pesquisador está escolhendo um caminho para desenvolver a pesquisa, escolhendo as melhores técnicas para análise e coleta, alcançando os objetivos propostos. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se utilizado o método indutivo: pois “[...] esse método que objetiva captar o simbólico e gerar teoria com base nos dados coletados pelo pesquisador, no campo [...]” (VERGARA, 2016, p. 13).

Conforme Creswell (2007, p. 34),

[...] procedimento de pesquisa são os métodos específicos de coleta e análise de dados. [...] é importante considerar todas as possibilidades para coleta de dados em qualquer estudo e organizar os métodos por seu grau de natureza predeterminada [...].

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, assim descrita:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (RICHARDSON, 2012, p. 90).

A escolha pela pesquisa qualitativa foi justificada por ser uma forma mais adequada para entender a natureza de um fenômeno social, conforme Richardson (2012). Desse modo, a abordagem deste estudo tem por finalidade compreender os fatores que influenciam o desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Administração Pública, Pedagogia, Letras Português/Espanhol, Ciências Biológicas da EaD da UFMS no Enade para os ciclos avaliativos de 2017 e 2018.

Vergara (2016) propõe dois critérios básicos para os tipos de pesquisa: a) quanto aos fins, pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista; b) quanto aos meios de investigação, pode ser pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Utilizando os critérios estabelecidos pela autora, esta pesquisa quanto aos fins é descritiva-explicativa, pois identificou-se os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes da EaD da UFMS, e quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e um estudo de caso. Para embasar essa pesquisa foram utilizadas portarias, instruções normativas do MEC, leis federais, documentos e pesquisas sobre a temática.

A pesquisa é um estudo de caso porque visa compreender o desempenho dos alunos da graduação a distância da UFMS, por meio da caracterização do curso, analisando os indicadores de desempenho apresentados no CPC. Yin (2001) afirma que o estudo de caso contribui para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, permitindo uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real como os processos organizacionais e administrativos e ciclos de vida individuais.

Essa pesquisa está delimitada aos cursos ativos do sistema UAB, que são os cursos de Administração Pública – bacharelado, Letras – Português/Espanhol, Ciências Biológicas e Pedagogia da EaD da UFMS para análise do CPC. E para conhecer a percepção dos

coordenadores foi realizada a entrevista com os coordenadores dos cursos de Administração Pública e Pedagogia a fim de conhecer as suas percepções sobre os pontos fortes e os desafios encontrados na gestão do CPC.

### 3.3 DELIMITAÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE

Detalhar e delimitar a população da pesquisa é uma etapa que auxilia no desenvolvimento do estudo pretendido. Nessa etapa é possível identificar a qual grupo se refere o estudo. Richardson (2012) orienta que o pesquisador deve especificar a área da execução e a população da pesquisa. Baseando-se na definição desse autor, a unidade de análise desta pesquisa, com o objetivo específico que comparou os indicadores de desempenhos disponibilizados pelos cursos de EaD no CPC, foram analisados os cursos ativos da EaD da UFMS e os cursos com conceitos elevados no CPC provenientes de universidades públicas.

Para identificar os dados fornecidos pela população estudada, essa análise será realizada por meio de uma amostragem não probabilística por acessibilidade. Vergara (2016, p. 32) define esse tipo de amostragem como a que “[...] seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles [...]”.

A análise foi realizada nos cursos de Administração Pública da UFMS e de Administração Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), curso de Letras – Português/Espanhol da UFMS e o curso presencial de Letras – Português e Espanhol, Pedagogia da UFMS e Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) e Ciências Biológicas da UFMS e o curso presencial Ciências Biológicas. O período analisado foi o CPC de 2017 e 2018, isso justifica a escolha de dois cursos presenciais para análise, pois os indicadores utilizados para os cursos presenciais são os mesmos para os cursos EaD.

E a entrevista com os coordenadores do curso foi realizada por meio de questionário encaminhado pelos formulários Google e a escolha dos coordenadores dos cursos de Administração Pública e de Pedagogia, justificam-se por serem os cursos com maior número de vagas (APÊNDICE).

### 3.4 COLETA DE DADOS E TRATAMENTO DE DADOS

Para o embasamento da revisão de literatura, foi realizada pesquisa bibliográfica, esse tipo de pesquisa toma como base os livros e artigos científicos e tem por objetivo buscar relações entre os conceitos e as características de um tema. Desse modo, será permitido construir a base teórica sobre o sistema de avaliação no Brasil, compreender o atual sistema de avaliação e caracterizar a EaD da UFMS. Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental também foi utilizada para a coleta de dados, analisando documentos governamentais, tais como decretos, leis e legislações sobre a regulação da educação superior (ALMEIDA, 2014).

Na etapa da coleta de dados foi realizada uma pesquisa documental para a caracterização dos cursos de graduação da UFMS e das diretrizes políticas estabelecidas para o ensino de graduação. Para isso, foram utilizados o *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024* e os planos de desenvolvimento das unidades AGEAD e Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), além de legislações (QUADRO 5).

Para análise do CPC dos cursos da EaD da UFMS e de outras instituições públicas de ensino, foram considerados os resultados de 2017 e 2018, sendo utilizadas as notas da avaliação de desempenho de estudantes, valor agregado pelo processo formativo e insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didáticos pedagógicos e para a análise foram utilizadas pesquisas bibliográficas sobre a temática.

Essa etapa foi realizada na população dos cursos de Administração Pública, esse curso foi aprovado pela Resolução n. 63, de 1º de setembro de 2011, do Conselho Universitário (COUN) da UFMS. O curso de Administração Pública tem por objetivo formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, tem polos em Campo Grande e São Gabriel do Oeste, municípios de Mato Grosso do Sul, o curso possui conceito 1 no Enade e o CPC nota 3 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2011a).

O curso de Letras – Português e Espanhol foi aprovado por meio da Resolução COUN/UFMS n. 23, de 11 de abril de 2006, tem por objetivo formar professores para atuarem nas áreas de Português e Espanhol na educação básica, tem polos em Bela Vista e Bonito, também municípios do Estado, em 2017 obteve conceito 2 no Enade e o CPC nota 3 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2006).

O curso de Pedagogia tem por finalidade a formação de docentes na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, foi criado pela Resolução n. 251, de 17 de outubro de 2011, do Conselho de Ensino de Graduação da UFMS, possui polos em Bela Vista e Bonito, em 2017 obteve conceito 2 no Enade e o CPC nota 3 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2011b).

O curso Licenciatura em Ciências Biológicas também tem por objetivo formar docentes na área de ciências e biologia, criado pela Resolução COUN/UFMS n. 60, de 31 de agosto de 2004, o curso tem polos em Bataguassu e São Gabriel do Oeste, e em 2017 obteve conceito 2 e o CPC nota 3 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2004).

QUADRO 5 - A exemplificação dos instrumentos e formas de coleta de dados

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Categoria de análise</b>	<b>Fatores de análise</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Instrumento de coleta</b>
Caracterizar o ensino de graduação EaD da UFMS, considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos	Caracterizar o ensino EaD da UFMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender o ensino EaD da UFMS</li> <li>- Políticas</li> <li>- Estratégias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração Pública</li> <li>- Letras</li> <li>- Biologia</li> <li>- Pedagogia</li> </ul>	- Pesquisa bibliográfica e documental
Analisar os indicadores de desempenhos apresentados pelos cursos de EaD no CPC	Indicadores de desempenho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CPC</li> <li>- Desempenho dos estudantes</li> <li>- Enade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração Pública UFMS e UFSC</li> <li>- Letras Português/ Espanhol UFMS e UFVJM</li> <li>- Ciências Biológicas UFMS e UFPR</li> <li>- Pedagogia UFMS e UnB</li> </ul>	- Pesquisa bibliográfica e documental
Identificar a percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos fortes e desafios encontrados na gestão do CPC	Percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos fortes e desafios encontrados na gestão do CPC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pontos fortes do CPC</li> <li>- Desafios encontrados na gestão do CPC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenadores de Administração Pública e Pedagogia</li> </ul>	- Entrevista não estruturada do tipo focalizada
Um conjunto de ações para potencializar o desempenho dos estudantes dos cursos de EaD da UFMS	Desenvolver um ações para potencializar o desempenho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desempenho dos estudantes</li> <li>- Fatores que influenciaram o desempenho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudantes concluintes</li> <li>- Coordenadores</li> </ul>	- Pesquisa bibliográfica

Legenda: CPC, Conceito Preliminar de Curso; EaD, Educação a Distância; Enade, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; UFMS, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina; UFPR, Universidade Federal do Paraná; UFVJM, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Após a análise das entrevistas realizadas com os coordenadores de Administração Pública e Pedagogia foi proposta uma matriz SWOT para compreender alguns pontos que podem ser relevantes para o desenvolvimento de ações que possa aprimorar o CPC e no Enade dos cursos EaD da UFMS. A matriz de SWOT é uma ferramenta da escola de pensamento estratégico que tem por finalidade identificar o posicionamento de uma instituição em seu ambiente buscando aprimorar seus objetivos por meio da análise das características intrínsecas de uma organização que são suas forças (strengths) e fraquezas (weaknesses), e as características extrínsecas que são as oportunidades (opportunities) e as ameaças (threats).

### 3.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Vergara (2016) pondera que todo método tem possibilidades e limitações, mas mesmo com as limitações ainda é possível justificar a utilização do método como o mais adequado para a investigação da pesquisa. Com base nessas orientações, as limitações que esse estudo apresentou foi que algumas estratégias estabelecidas pela UFMS não foram analisadas devido à pandemia da COVID-19, e anos analisados dos resultados do desempenho dos estudantes no Enade e o CPC foi dos anos de 2017 e 2018, pois em 2020 o Enade foi suspenso por causa de a pandemia.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os dados levantados a partir dos objetivos e procedimentos propostos. Caracterizando o ensino de graduação na UFMS, as seções seguintes tem por objetivo analisar o CPC dos cursos da UFMS com outras Instituições de Ensino, analisar a percepção dos coordenadores e propor ações para aprimorar o Enade e o CPC para os cursos de EaD na UFMS.

### 4.2 O ENSINO DE GRADUAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO E SUAS INTERFACES COM O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

A criação dos cursos da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande em 1962 é considerada o início do ensino superior de o Estado de Mato Grosso e também a origem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o ensino foi ampliando com o passar dos anos com a criação de outros cursos em diversas cidades do estado como Corumbá e Três Lagoas (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022b).

Em setembro de 1969, foram integrados os institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas e foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso. Após a divisão do Estado, ocorreu a federalização da instituição, por meio da Lei Federal n. 6.674, de 5 de julho de 1979, sendo criada a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (BRASIL, 1979).

Atualmente a UFMS oferece cursos de graduação presencial e a distância e cursos de pós-graduação, sendo cursos em nível de especialização, mestrado e doutorado, segundo o *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024* da UFMS; a Instituição possui 114 cursos e em 2020 ofereceu 5.220 vagas para graduação presencial distribuídas em nove *campi* (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019a, 2021b).

QUADRO 6 - Cursos de Graduação Presencial do *Campus* de Aquidauana

e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
52130	Administração	Bacharelado	Noturno	50
18381	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	40
315844	Geografia	Bacharelado	Vespertino	30
15844	Geografia	Licenciatura	Noturno	40
15845	História	Licenciatura	Noturno	40
52070	Letras – Português e Espanhol	Licenciatura	Noturno	25
26668	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Noturno	25
18382	Matemática	Licenciatura	Vespertino	40
18383	Pedagogia	Licenciatura	Vespertino	50
1212989	Intercultural Indígena	Licenciatura	Integral	25

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019a).

QUADRO 7 - Cursos de graduação presencial do *Campus* do Pantanal – Corumbá, MS

e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
15847	Administração	Bacharelado	Noturno	50
15863	Ciências Biológicas	Licenciatura	Vespertino	35
15848	Ciências Contábeis	Bacharelado	Vespertino	50
52128	Direito	Bacharelado	Noturno	50
122906	Educação Física	Licenciatura	Integral	40
15864	Geografia	Licenciatura	Noturno	40
15849	História	Licenciatura	Noturno	35
110748	Letras – Português e Espanhol	Licenciatura	Matutino	40
29512	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Noturno	40
15862	Matemática	Licenciatura	Integral	40
15852	Psicologia	Bacharelado	Integral	40
1113852	Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	40

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019a).

O *campus* de Aquidauana iniciou na década de 1970 com a criação do Centro Pedagógico de Aquidauana e foi integrado à Universidade Estadual de Mato Grosso, após a divisão do Estado, o Centro é integrado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e passa a ser denominado Centro Universitário de Aquidauana e depois *Campus* de Aquidauana.

Atualmente, o *Campus* de Aquidauana possui três unidades e em 2020 tinham 1.389 alunos matriculados nos cursos, todos os cursos possuem CPC 3 no último ciclo avaliativo e os cursos que alcançaram CPC 3 no Enade foram apenas Administração e Ciências Biológicas, os outros cursos tiveram CPC 2 no último ciclo avaliativo (QUADRO 6).



Distante 234 km da cidade de Aquidauana, o *Campus* do Pantanal é outro *campus* da UFMS e está localizado na cidade de Corumbá, o *campus* oferta 13 cursos, para atender Corumbá e Ladário e o país vizinho, a Bolívia (QUADRO 7).

Conforme o PDU do *campus* do Pantanal, em 2020 os cursos tinham 2.239 alunos matriculados que obtiveram, no último ciclo avaliativo, o conceito 3 e 4 no CPC, sendo que os cursos de Administração, Letras, Educação Física e Psicologia alcançaram o conceito 4 no CPC.

A UFMS possui outros *campi* em outras cidades do Estado criados a partir da década de 2000, foram implantados por meio da Portaria n. 403, de 12 de setembro de 2001, os *campi* de Coxim e Paranaíba; o *Campus* de Chapadão do Sul foi implantado por meio da Resolução COUN n. 59, de 12 de dezembro de 2005. A Resolução COUN n. 64, de 12 de dezembro de 2005, implantou o *Campus* de Nova Andradina; e por meio da Resolução COUN n. 88, de 28 de outubro de 2008, foi implantado o *Campus* de Ponta Porã; e pela Resolução COUN n. 89, de 28 de outubro de 2008, foi implantado o *Campus* de Naviraí. Destaca-se que a criação desses *campi* decorreu do processo da expansão do ensino superior, pois a UFMS integrou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Esses *campi* oferecem os seguintes cursos, conforme o Quadro 8.

QUADRO 8 - Cursos de graduação presencial dos *Campus* de Paranaíba, *Campus* de Chapadão do Sul, *Campus* de Coxim, *Campus* de Nova Andradina, *Campus* de Naviraí e *Campus* Ponta Porã

UAS	e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
CPAR	52136	Administração	Bacharelado	Noturno	50
	52139	Matemática	Licenciatura	Noturno	40
	52141	Psicologia	Bacharelado	Integral	40
CPCS	1409703	Administração	Bacharelado	Noturno	50
	101290	Agronomia	Bacharelado	Integral	50
	1111580	Engenharia Florestal	Bacharelado	Integral	50
CPCX	1111636	Enfermagem	Bacharelado	Integral	40
	1292924	Letras – Português e Espanhol	Licenciatura	Noturno	50
	59109	Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	50
CPNA	122908	Administração	Bacharelado	Noturno	60
	1366344	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	40
	1278593	Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	50
	101300	História	Licenciatura	Noturno	50

UAS	e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
CPNV	1351543	Administração	Bacharelado	Noturno	40
	121796	Ciências Sociais	Licenciatura	Noturno	40
	121798	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	60
	1278592	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Integral	50
CPPP	121792	Matemática	Licenciatura	Noturno	50
	1270651	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	50
	121794	Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	50

Legenda: CPAR, *Campus* de Paranaíba; CPCS, *Campus* de Chapadão do Sul; CPCX, *Campus* de Coxim; CPNA, *Campus* de Nova Andradina; CPNV, *Campus* de Naviraí; CPPP, *Campus* Ponta Porã.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019a),

Conforme o PDU do *Campus* de Paranaíba, em 2020 a unidade tinha 522 matriculados nos cursos e apenas o desempenho dos acadêmicos no último ciclo avaliativo do curso de matemática foi insatisfatório no Enade, o curso alcançou o conceito 2 e o curso de Psicologia foi o curso que apresentou conceito insatisfatório no CPC com conceito 2.

Outros cursos de outras unidades da UFMS também apresentaram conceito insatisfatório no desempenho acadêmicos e das avaliações dos cursos, o *Campus* de Coxim, que tinha 520 alunos matriculados em 2019, apresentou conceito insatisfatório no Enade os cursos de Enfermagem com conceito 2; e História e Letras conceito 1, apenas o concurso de Letras que apresentou conceito insatisfatório no ciclo avaliativo de 2017 e 2019. O *Campus* de Nova Andradina passou por um ciclo avaliativo em 2017 e 2018 e foram avaliados os cursos de Administração e História, ambos apresentaram conceito insatisfatório no Enade e no CPC o conceito foi 3.

Conforme aponta o PDU do *Campus* de Naviraí, em 2018 a unidade tinha 415 alunos matriculados nos cursos ofertados, o curso de Administração iniciou as atividades em 2017, passou pelo processo de reconhecimento pelo MEC e alcançou a nota 5 após o processo para reconhecimento. Os cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais iniciaram as atividades em 2009, e no ciclo avaliativo de 2017 do Enade, o conceito do Enade para o curso de Ciências Sociais foi 1 e Pedagogia foi 3.

Os *campus* de Chapadão do Sul tinha 367 alunos matriculados nos cursos em 2017, conforme aponta o PDU do *Campus*, esses cursos passaram por avaliação em 2019 e o curso de Engenharia Florestal alcançou o conceito 4 no Enade e o conceito 5 no CPC, porém os cursos do *Campus* de Ponta Porã não possuem conceito 5 no Enade, os cursos do *Campus* Ponta Porã tiveram conceitos 3 e 4 na avaliação de 2017, sendo o curso de Ciências da

Computação que alcançou o conceito 4 e todos os cursos alcançaram o conceito 3 no Enade, porém o PDU do *campus* de Ponta Porã apresenta como meta aumentar o conceito do Enade dos cursos.

O *campus* de Três Lagoas iniciou em 1967, com a criação do Instituto de Ciências Humana e Letras pelo Governo do Estado que ainda era Mato Grosso, após foi denominado como Centro Pedagógico e integrou a Universidade Estadual do Mato Grosso, após a criação da universidade. Com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, a Universidade Estadual do Mato Grosso foi federalizada e o Centro Pedagógico de Três Lagoas passou a se chamado Centro Universitário de Três Lagoas e em 2000, que passou a ser chamar *Campus* de Três Lagoas, ofertando 17 cursos de graduação, conforme o Quadro 9.

QUADRO 9 - Cursos de graduação presencial de Três Lagoas

e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
15877	Administração	Bacharelado	Noturno	60
15866	Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	40
15867	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	50
18385	Direito	Bacharelado	Integral	55
18385	Direito	Bacharelado	Noturno	55
21826	Enfermagem	Bacharelado	Integral	40
122904	Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	50
315858	Geografia	Bacharelado	Noturno	30
15858	Geografia	Licenciatura	Noturno	40
15859	História	Licenciatura	Noturno	45
122174	Letras – Português e Espanhol	Licenciatura	Noturno	35
27696	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Noturno	35
101309	Letras – Português e Literatura	Licenciatura	Noturno	35
15865	Matemática	Licenciatura	Noturno	50
1264844	Medicina	Bacharelado	Integral	60
15861	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40
1113886	Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	50

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019a),

O curso de Medicina de Três Lagoas participou pela primeira vez do exame do Enade e destaca-se por ter alcançado a pontuação máxima no exame realizado em 2019, obtendo o conceito 5, e o curso de Sistemas de Informação também alcançou o conceito máximo no Enade em 2017.

Além dos cursos de Medicina de Três Lagoas, os cursos de Engenharia Civil, Nutrição e Farmácia do *Campus* de Campo Grande alcançaram o conceito máximo no Enade. Em Campo Grande está localizada a Administração Central da UFMS e também são oferecidos os seguintes cursos, conforme o Quadro 10.

QUADRO 10 - Cursos de Graduação Presencial do *Campus* de Campo Grande

UAS	e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
ESAN	15830	Administração	Bacharelado	Integral	60
	15830	Administração	Bacharelado	Noturno	60
	1268263	Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	60
	15873	Ciências Econômicas	Bacharelado	Integral	60
	1111970	Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnólogo	Noturno	60
	1269879	Turismo	Bacharelado	Matutino	40
FAALC	27423	Artes Visuais	Bacharelado	Integral	30
	36348	Artes Visuais	Licenciatura	Integral	30
	1454174	Audiovisual	Bacharelado	Integral	30
	31210	Jornalismo	Bacharelado	Integral	50
	28743	Letras – Português e Espanhol	Licenciatura	Matutino	40
	22508	Letras – Português e Inglês	Licenciatura	Matutino	40
	59103	Música – Educação Musical	Licenciatura	Noturno	30
FACFAN	1448079	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral	40
	15838	Farmácia	Bacharelado	Integral	50
	1128365	Nutrição	Bacharelado	Integral	40
FACH	21544	Ciências Sociais	Bacharelado	Matutino	50
	1111969	Filosofia	Licenciatura	Noturno	60
	52125	Psicologia	Bacharelado	Noturno	50
	52121	História	Licenciatura	Noturno	60
FACOM	15869	Ciências da Computação	Bacharelado	Integral	60
	1128343	Engenharia da Computação	Bacharelado	Integral	60
	1313206	Engenharia de Software	Bacharelado	Integral	70
	18387	Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	70
FADIR	18386	Direito	Bacharelado	Integral	60
	318386	Direito	Bacharelado	Noturno	60
FAED	1269875	Educação do Campo	Licenciatura	Integral	30
	1419907	Educação Física	Bacharelado	Integral	40
	15836	Educação Física	Licenciatura	Integral	40
	15842	Pedagogia	Licenciatura	Integral	50
	1292684	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	50
FAENG	21543	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Integral	50

UAS	e-MEC	Curso	Grau	Turno	Vagas
	21545	Engenharia Ambiental	Bacharelado	Integral	50
	15837	Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	50
	1128349	Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	60
	15870	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Integral	60
	1128362	Geografia	Bacharelado	Noturno	40
FAMED	15839	Medicina	Bacharelado	Integral	80
FAMEZ	15840	Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	50
	52101	Zootecnia	Bacharelado	Integral	50
FAODO	15841	Odontologia	Bacharelado	Integral	50
INBIO	315831	Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	50
	15831	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	50
INFI	1448603	Engenharia Física	Bacharelado	Integral	30
	315832	Física	Bacharelado	Integral	25
	15832	Física	Licenciatura	Noturno	25
INISA	15874	Enfermagem	Bacharelado	Integral	50
	115542	Fisioterapia	Bacharelado	Integral	40
INMA	1486565	Matemática	Bacharelado	Matutino	30
	15833	Matemática	Licenciatura	Noturno	45
INQUI	1447585	Engenharia Química	Bacharelado	Integral	35
	52092	Química	Bacharelado	Integral	25
	15834	Química	Licenciatura	Noturno	45

Legenda: UAS, Unidade de Apoio; ESAN, Escola de Administração e Negócios; FAALC, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação; FACFAN, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição; FACOM, Faculdade de Computação; FACH, Faculdade de Ciências Humanas; FADIR, Faculdade de Direito; FAED, Faculdade de Educação; FAENG, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia; FAMED, Faculdade de Medicina; FAMEZ, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; FAODO, Faculdade de Odontologia; INBIO, Instituto de Biociências; INFI, Instituto de Física; INISA, Instituto Integrado de Saúde; INMA, Instituto de Matemática; INQUI, Instituto de Química.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019a).

Conforme o PDI, a política para o ensino de graduação da UFMS tem como base desenvolver um “ensino de graduação gratuito, público e de qualidade”, também apresenta como política desenvolver um processo de ensino e de aprendizagem para formar profissionais capazes de agir diante de desafios e de oportunidades. O PDI também aborda que as políticas de graduação interligadas com as políticas de pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo e sustentabilidade devem resultar na qualidade acadêmica, na melhoria da permanência e da progressão acadêmica e também da oferta de novos cursos nas modalidades presenciais e a distância.

O PDI também ressalta que as políticas de ensino e graduação da Instituição estão baseadas nas legislações nacionais e nas normas dos órgãos reguladores, desse modo a Instituição visa ampliar a oferta do ensino, ofertando cursos de ensino superior que objetivam a qualidade e formação de profissionais para atender as necessidades da sociedade, resultando no desenvolvimento do País, porém para atender essa política, outras modalidades de ensino também auxiliam na elevação das taxas de matrículas e na oferta de novos cursos, tal como o ensino a distância que tem como objetivo a interiorização e a expansão do ensino, e na UFMS essa modalidade iniciou na década de 1990 e foi se fortalecendo por meio de políticas da Instituição para ampliar essa modalidade (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Em 1991, a educação a distância iniciou informalmente na UFMS, com o Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau; esse grupo, constituído por professores dos departamentos de Ciências Humanas, Educação, Matemática, Física e Química, tinha por objetivo desenvolver um grupo interdisciplinar de apoio ao professor atuante na rede pública do Estado, qualificando esses profissionais à distância nas áreas de ciências e matemática (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

O ensino da EaD da UFMS foi se estruturando com as mudanças promovidas pelos gestores da Universidade em 2001, por meio da Portaria MEC n. 2.113, de 10 de setembro de 2001, foi realizado o credenciamento da UFMS e foi aprovada a oferta do curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Formação de Professores para os anos iniciais do ensino fundamental, sendo o primeiro polo no município de Bela Vista (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2002a).

A partir de 2006, a UFMS integrou-se ao sistema da UAB que tem como política a interiorização do Ensino Superior Público, com prioridade na oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, conforme aponta o PDI da UFMS 2020 a 2024 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Ainda conforme o PDI da UFMS, com a política adotada, a Instituição alcançou por meio da EaD “os lugares mais longínquos do Estado de Mato Grosso do Sul”, e o Estado é dos poucos estados que mais possui instituições de ensino ofertando cursos nessa modalidade, conforme dados da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, de 2021, o Estado tem sessenta e nove Instituições do Ensino Superior que ofertam cursos EaD e houve um

aumento de 7,8% das matrículas nessa modalidade no Estado de 2018 para 2019 (BRASIL, 2022b, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

A política da UFMS contribuiu para o crescimento da EaD no Estado, e essa política vinculada às diretrizes estabelecidas para a expansão da EaD no PDI da UFMS têm por objetivo contribuir para a institucionalização dessa modalidade na Instituição, conforme diretrizes para a expansão da educação digital e a distância na UFMS:

- a) promover avaliação e revisão contínua dos marcos regulatórios, administrativos, conceituais e de qualidade que permitam a expansão da educação digital e a distância na UFMS;
- b) fortalecer e criar novas equipes multidisciplinares de validação de material didático por grande área do conhecimento;
- c) propor estratégias e meios para assegurar a sustentabilidade econômica e financeira, com parcerias públicas e privadas, para promover a institucionalização da EaD na UFMS;
- d) estimular as políticas de valorização dos recursos humanos da EaD na UFMS;
- e) consolidar os programas de formação EaD (e tecnológica) de professores, técnicos e tutores;
- f) incentivar o uso de repositórios públicos para disseminação de materiais didático-pedagógicos;
- g) fomentar a acessibilidade digital e conectividade estudantil e docente;
- h) incrementar novas ferramentas e estratégias de inovação e transformação digital na EaD;
- i) fortalecer as práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade da EaD;
- j) acompanhar os planos estratégicos para oferta de cursos a distância atendendo às demandas locais e regionais conforme PDI; e
- k) fortalecer o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico dos cursos e da instituição, observando a formação pretendida para todos os estudantes e considerando as condições reais da localidade de oferta. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Os pontos fortes apresentados pelas diretrizes do PDI da UFMS para expansão da EaD são assegurar os meios para a sustentabilidade econômica e financeira por meio de parcerias, incrementar novas ferramentas e estratégias de inovação e transformação digital na EaD, promover a avaliação e revisão dos marcos regulatórios, administrativos, conceituais e de qualidade, estratégias e fortalecer as práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade da EaD.

Pode-se relacionar a diretriz que tem por objetivo fortalecer as práticas avaliativas integradas ao processo de avaliação institucional de modo a assegurar a qualidade do ensino com o Enade e o CPC, compreende-se que com os resultados dessas avaliações relacionadas a avaliação institucional resultam em estratégias para melhorar o desempenho da UFMS no Enade conforme aponta o *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021*:

A UFMS vem empreendendo esforços a fim de melhorar os resultados dos seus cursos no Enade, bem como nos Indicadores de Qualidade, investindo na capacitação dos agentes envolvidos, coordenadores, docentes, diretores e estudantes, divulgação de resultados por meio de relatórios e mídias sociais, bem como a criação em 2017, da Diavi, que tem como uma de suas competências apoiar a Prograd nos processos de Avaliação da Instituição, Avaliação de Cursos e Avaliação de Desempenho dos Estudantes. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022a, p. 40).

O PDI da UFMS e PDU da AGEAD não apresentam estratégias específicas para melhorar os resultados dos cursos de graduação a distância no Enade e no CPC, apresenta em seus objetivos específicos para avaliação institucional ações que estão relacionadas ao CPC e ao Enade:

Realizar ampla divulgação dos resultados das avaliações externas, promovendo discussões pertinentes para desencadear possíveis ações para melhoria institucional; e oferecer subsídio à elaboração de planos estratégicos, seja no âmbito do PDI e PDU; e (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2021b, p. 32).

O PDU da Prograd da UFMS apresenta metas específicas para os cursos de graduação presencial e EaD para o período entre 2020 a 2024, conforme é CPC apresentado nas Figuras 2 e 3.



FIGURA 2 – Meta, indicadores e ações da Pró-Reitoria de Graduação para melhorar o Conceito Preliminar de Curso dos cursos

Meta		Descrição	Valor					Indicador de desempenho		Gestor
Prograd			2020	2021	2022	2023	2024	Descrição	Cálculo	
PDI	1.1.2	Taxa de sucesso na graduação	49%	50%	52%	56%	60%	Taxa de sucesso na graduação	(Qtde. de estudantes diplomados no curso no ano/Qtde. de estudantes ingressantes do curso no respectivo ano de ingresso) X 100	Prograd
PDU	1.1.2.4	Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação (> 4)	52%	56%	60%	64%	68%	Taxa de cursos de graduação com CPC maior ou igual a 4	(Número de cursos com CPC maior ou igual a 4 / Qtde. de cursos graduação com CPC) x 100	DIPER

Legenda: CPC, Conceito Preliminar de Curso; Prograd, Pró-Reitoria de Graduação; DIPER, Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021b).

FIGURA 3 – Meta, indicadores e ações da Pró-Reitoria de Graduação

Ação	Descrição	Anos					Gestão de risco		Gestor
		2020	2021	2022	2023	2024	Evento	Controle	
1.1.2.4.1	Reuniões com os gestores sobre a importância das avaliações institucionais	10	10	10	10	10	Baixa participação dos gestores	Diversificar as formas de orientação inclusive com tutoriais	DIPER
1.1.2.4.2	Reuniões com os coordenadores de Curso e os Professores para que estes orientem os estudantes adequadamente para as avaliações (internas e externas)	10	10	10	10	10	Pouco empenho dos coordenadores de curso e dos professores	Diversificar as formas de orientação inclusive com tutoriais	DIPER DIAVI
1.1.2.4.3	Orientação aos estudantes que farão o Enade no ano	10	15	15	15	15	Pouco empenho dos estudantes	Diversificar as formas de orientação inclusive com tutoriais	DIPER AGECOM DIAVI

Legenda: AGEKOM, Agência de Comunicação Social e Científica; CPC, Conceito Preliminar de Curso; Prograd, Pró-Reitoria de Graduação; DIAVI, Diretoria de Avaliação Institucional; DIPER, Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021b).

Ressalta-se que o PDU da Prograd tem por meta aumentar a média geral do CPC dos cursos de graduação até 2024 em 68%, atualmente conforme aponta o *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021*, no último ciclo avaliativo 2017, 2018 e 2019, a universidade teve 110 cursos avaliados e a média geral dos cursos no CPC é que 52,7% alcançaram nota 4 no CPC (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022a).

O *Relatório* ainda apresenta os seguintes dados sobre o conceito Enade e o CPC sobre o ciclo avaliativo 2017, 2018 e 2019:

[...] dos 110 cursos avaliados, 85 possuem Conceito Enade satisfatório (notas 3, 4 e 5), o que corresponde a 77,3% do total avaliado, e 107 cursos alcançaram CPC satisfatório (notas 3, 4 e 5), o que corresponde a 97,2% do total avaliado. Importante destacar que a Universidade não possui mais cursos com CPC=1, e em contrapartida 2 cursos, no Enade de 2019, alcançaram CPC máximo (nota 5), evento que não ocorria desde 2014. Outro fator positivo é que a maioria dos cursos, 52,7% alcançou CPC=4. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022a, p. 40-41, grifo do autor).

Ressalta-se a importância de elevar a média do CPC para a UFMS, esse indicador possui influências que impactam o processo de gestão institucional:

[...] o CPC ganha notoriedade ao ser instituído como o principal referencial no ato regulatório de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, destacando as diversas influências e os impactos desse conceito na estrutura e no planejamento das instituições [...] (FRANCISCO, 2012, p. 78).

A meta da Prograd de elevar a média do CPC dos cursos de graduação presenciais e a distância da UFMS está alinhada com os objetivos estratégicos do PDI da UFMS no qual destaca o objetivo em aprimorar o ensino de graduação e pós-graduação. Desse modo ao atingir essa meta por meio da elevação desse índice de qualidade, esse objetivo influenciará na gestão institucional.

A instituição identifica o papel da avaliação institucional como em conhecer o desempenho das gestões acadêmicas e administrativas, com a finalidade de melhorar a qualidade dessas atividades, desse modo atingindo os objetivos apresentados no PDI da UFMS, conforme o PDI, a avaliação é um “[...] dos instrumentos essenciais para a tomada de prioridades na gestão e governança pública da UFMS.” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2021b, p. 31).

No entanto, um caso fortuito afetou as metas do PDI e dos PDU da Prograd e AGEAD, conforme o *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021*, devido a

pandemia da COVID-2019, as atividades relacionadas à avaliação e regulação foram afetadas, o Inep cancelou todas as avaliações *in loco* das IES e dos cursos de graduação no ano de 2020. Sendo assim, o Enade 2020 foi para 2021 e o resultado dos indicadores de qualidade como o conceito Enade, IDD, IGC e CPC, os relatórios serão publicados em 2022, isso pelo fato de a pandemia afetar as metas estabelecidas pela Instituição para os anos de 2020 e 2021 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022a).

Para as metas estabelecidas no PDU da Prograd a meta de reuniões com os gestores sobre a importância das avaliações e a meta com os coordenadores de curso e os professores para que orientem os estudantes adequadamente para as avaliações internas e externas, a UFMS criou o Projeto Sou + UFMS no Enade 2021, organizado e realizado Prograd e a Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI) e contou com o apoio da Agência de Comunicação Social e Científica (AGECOM) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Conforme o *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021*, a gestão da UFMS realizou atividades para coordenadores de curso, diretores e os estudantes concluintes. As atividades para os coordenadores e diretores foi um curso de capacitação no ambiente virtual de aprendizagem (AVA/Moodle), com materiais e vídeos, também foram disponibilizados estudos de caso, explicações sobre a importância do Enade, os indicadores de qualidade e o histórico dos resultados do Enade de cada curso e estratégias para análise dos dados e sensibilização da comunidade acadêmica e para os estudantes foi promovido um Ciclo de Lives no canal do Youtube da TV UFMS nos dias 1º, 2 e 3 de setembro de 2021 pela Prograd, DIAVI e AGECOM, essas *lives* tiveram por finalidade explicar o Enade para os discentes (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022a).

O *Relatório de Avaliação Institucional: Ano Base 2021* também apresenta potencialidades, fragilidades e ações executadas em 2021 e também as previstas para 2022 para Prograd e AGEAD, conforme o Quadro 11.

QUADRO 11 - Aspectos, potencialidades, desafios e ações de melhorias

Aspectos	Potencialidades	Desafios	Ações de melhorias
Elevar a média geral do CPC dos cursos de graduação	Melhorar a orientação aos coordenadores de curso para o Enade; melhorar a orientação no preenchimento dos formulários e preparação para a visita <i>in loco</i> ; realizar reuniões semestrais com os coordenadores para esclarecer a importância do Enade.	Participação não responsável de estudantes no Enade; dificuldades no preenchimento do formulário e na organização na visita <i>in loco</i> resultando em prejuízos na avaliação; pouca participação dos Coordenadores; não sensibilização dos estudantes para uma participação responsável no Enade.	Reuniões para orientação e sensibilização dos estudantes para o Enade pela Coordenação de Curso; orientação cuidadosa da Prograd aos Coordenadores de Curso e às Direções de Unidade; cobrança e controle de frequência dos coordenadores nas reuniões. Sistematização dos processos de análise dos resultados das avaliações <i>in loco</i> , com reuniões com os gestores do curso.
Aumento do número de cursos de graduação	Criar novos cursos a partir de demanda regional; Aproveitamento do corpo docente e técnico-administrativo e da infraestrutura existente nas unidades.	Falta de recursos para a manutenção e implantação de novos cursos; Restrição orçamentária para novas contratações de recursos humanos e investimento em infraestrutura; Equipe técnica reduzida na Prograd para análise dos PPC dos cursos.	Criação em 2021 com implantação, em 2022, do Curso de História Bacharelado FACH (presencial); Criação do Curso de Ciências Biológicas Bacharelado CPTL (presencial) (aguardando autorização do MEC) Criação em 2021 dos Cursos (com implantação para 2022): Curso Superior de Tecnologia de Ciência dos Dados (EaD) Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (EaD) Curso Superior de Tecnologia da Informação (EaD) Curso de Pedagogia - Licenciatura (presencial) Curso de Ciências Interdisciplinar - Licenciatura (presencial) Curso de Matemática – Licenciatura (presencial) Curso de Letras Português – Licenciatura (presencial).

Aspectos	Potencialidades	Desafios	Ações de melhorias
Aumento da taxa de sucesso da graduação	Sensibilização dos coordenadores para o acompanhamento da taxa de sucesso da graduação; realizar curso de Formação Inicial para a docência no ensino superior; estimular o desenvolvimento de projetos e ações de combate à evasão; aumentar a participação discente em projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura e esporte; publicar Edital de monitoria prestigiando as unidades que mais atendem estudantes; sensibilização dos coordenadores para dar maior atenção a retenção de estudantes.	Baixa adesão por parte das Coordenações de Curso e dos demais docentes; baixa produção de projetos pelo corpo docente; pouco interesse dos estudantes na monitoria; falta de recursos para atender a demanda; alta retenção de estudantes em função da reprovação em disciplinas dos primeiros semestres; carência de docentes em algumas áreas.	Discussão sobre o assunto com as Direções das Unidades Acadêmicas, no Fórum de Coordenadores e Curso de Formação de Coordenadores; publicação de Novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação com inovações e melhorias nos PPC's para evitar a retenção; convocação dos docentes e controle da participação; Implementação do projeto PARE, buscando diagnosticar as causas de evasão em cada curso; publicações constantes de editais de cadastro e fomento a projetos de ensino, pesquisa e extensão; maior atenção no efeito da monitoria na reprovação; maior pedido de reoferta de disciplinas com alto índice de reprovação nos períodos especiais. Oferta de disciplinas envolvendo Unidades Acadêmicas em municípios diferentes.
Orientações aos Coordenadores de Cursos em procedimentos e normativas relativas ao ensino de graduação	Interlocução com as coordenações e com o NDE; Encorajar o trabalho colaborativo; Adaptações dos PPC's com adequação às novas DCN's dos cursos presenciais e EaD; Capacitação dos gestores dos cursos de graduação.	Dificuldades de compreensão e atendimento das exigências e normativas legais para elaboração do PPC por parte dos gestores de curso; Comprometimento pleno dos gestores de curso.	Mobilização sobre a importância e o impacto dos PPCs nas avaliações de curso; Sistematização dos prazos; Promoção do Fórum de Coordenadores de Curso de Graduação e do Curso de Coordenadores de Curso de Graduação.

Aspectos	Potencialidades	Desafios	Ações de melhorias
Regulamentação	Publicação das Instruções Normativas que complementam a Resolução n. 550.	A pandemia trouxe novos desafios nos cursos de graduação e algumas INs não foram formuladas. Contudo, Outras INs e Resoluções sobre o Ensino Remoto de Emergência foram publicadas.	Novas INs estão sendo confeccionadas para 2022.
Graduação EaD UAB	2021: a) Elaboração de Guia de Tutores e Guia de Professores Formadores; b) Criação de uma Central de Apoio da UAB/UFMS. c) Início da oferta do Curso de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar.	2021: a) Demora no repasse de recursos de custeio pela UAB/CAPES; b) Demora na abertura de editais de financiamento para novos cursos.	2021: a) Institucionalização de Cursos da UAB/CAPES; b) Institucionalização de Cursos EaD na UFMS sem financiamento externo específico.

Legenda: CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CPC, Conceito Preliminar de Curso; CPTL, Campus de Três Lagoas; DCN's, Diretrizes Curriculares Nacionais; EaD, Educação a Distância; Enade, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; FACH, Faculdade de Ciências Humanas; INs, Instruções Normativas; MEC, Ministério da Educação; NDE, Núcleo Docente Estruturante; PARE, Programa de Aprimoramento do Resultado do Estudantes; PPC, Projeto Pedagógico de Curso; Prograd, Pró-Reitoria de Graduação; UAB, Universidade Aberta do Brasil.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2022a),

A ação para elevar a média do CPC dos cursos de graduação presencial tem como um dos desafios conscientizar os estudantes para participarem do Enade de forma eficiente e comprometida, destaca-se a ação de melhoria o Projeto Sou + UFMS no Enade 2021, organizado e realizado Prograd e a DIAVI e contou com o apoio da AGEKOM e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

#### 4.3 O CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO E OS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UM OLHAR A PARTIR DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Belloni (1999 *apud* SILVA; LOPES, 2014, p. 13) define a modalidade de EaD, como uma modalidade

[...] bem mais dependente da mediação tecnológica, porque a interação entre professor e alunos é indireta. Os suportes tecnológicos necessários a serem

utilizados nessa modalidade variam de acordo com o modelo do curso e a necessidade dos sujeitos envolvidos [...].

Para Moran (2003 *apud* SILVA; LOPES, 2014, p. 13) a definição de EaD “[...] pode desenvolver-se através de cursos totalmente a distância sem nenhum contato presencial entre professor-aluno, sendo toda interação por meio das tecnologias [...]”.

A EaD é debatida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), em seu artigo 80, que aborda que “[...] o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 1996). Tendo em vista esse artigo foi publicado o Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei e conceitua a modalidade da EaD:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017b).

O Decreto n. 9.057/2017 também orienta sobre a criação, organização e a oferta de cursos a distâncias que devem seguir a legislação em vigor e as normas expedidas pelo MEC, as instituições privadas por exemplo, devem solicitar o credenciamento para oferta dos cursos nessa modalidade, e as públicas não precisam fazer essa solicitação, nos casos das instituições públicas, sendo que as instituições

Art. 12. [...] ainda não credenciadas para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ficam automaticamente credenciadas, pelo prazo de cinco anos, contado do início da oferta do primeiro curso de graduação nesta modalidade, condicionado à previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional. (BRASIL, 2017b).

A oferta do ensino a distância na UFMS iniciou em 2001, por meio da Portaria do MEC n. 2.113/2001, e foi aprovada a oferta do curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Formação de Professores para os Anos iniciais do ensino fundamental, sendo ofertada para o polo da cidade de Bela Vista, cidade que fica 324 km da capital, Campo Grande, MS FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2002a).

Para ofertar novos cursos, a UFMS concorreu ao Edital Público MEC/SEED n. 1/2004, que tinha por objetivo a seleção de proposta para apoio financeiro à Educação Superior a distância e integrou os consórcios Pró-Formar, que ofertou o curso de Pedagogia para Educação Infantil e o Setentrional, que ofertou o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Em 2005, a UFMS concorreu ao Edital n. 1/2005, edital da Secretaria de EaD do MEC, e ofereceu os cursos de Pedagogia; Pedagogia (Educação Especial); Pedagogia (para Educação de Jovens e Adultos), Letras (Português e Espanhol); Matemática e Administração Pública (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2020). A UFMS aderiu novas políticas para oferta de cursos nessa modalidade, e integrou em 2006 ao sistema UAB, que tem por objetivo a interiorização do ensino e reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior, desenvolvendo um sistema nacional de educação superior a distância, atualmente tem seis cursos ativos, conforme é apresentado no Quadro 12.

QUADRO 12 - Cursos de graduação Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UAS	e-MEC	Cursos	Vagas	Polo
FAED	1260720	Letras – Português e Literatura	150	Bonito e São Gabriel do Oeste
	55838	Pedagogia – Licenciatura	100	Bela Vista e Bonito
	1537820	Tecnólogo em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação nas instituições de educação	150	Campo Grande; Corumbá; Ponta Porã; Três Lagoas e Miranda
FAALC	123176	Letras – Licenciatura Português e Espanhol	100	Bela Vista e Bonito
ESAN	1184985	Administração Pública	150	Campo Grande e São Gabriel do Oeste
INBIO	1159054	Ciências Biológicas – Licenciatura	100	Bataguassu e Rio Brillhante

Legenda: ESAN, Escola de Administração e Negócios; FAED, Faculdade de Educação; FAALC, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação; INBIO, Instituto de Biociências.

Fonte: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020).

Conforme o PDI da UFMS, o novo curso de graduação a distância que começou a ser ofertado em parceria com a UAB/CAPES, em 2020, é o curso de Tecnólogo em Educação e Processos de Trabalho: alimentação nas instituições de educação. A parceria entre UFMS e UAB/CAPES possui mais de 12 anos, sendo que o curso de Administração Pública começou



a ser ofertado em 2011, e conforme o PPC, o curso tem por objeto a formação e a atualização de gestores públicos, sendo criado por meio parcerias entre órgãos públicos:

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap), constituído no âmbito da UAB/Capes/MEC, foi concebido a partir do entendimento entre o MEC e o Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento (Escola Nacional de Administração Pública - Enap), o Ministério da Fazenda (Escola de Administração Fazendária - Esaf) e 25 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), sendo que a UFMS participou da Comissão Central. É importante salientar que os cursos do Pnap serão oferecidos por 71 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) em todo o território nacional [...] [Resolução n. 90, de 29 de abril de 2011]. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2011c, p. 4).

O curso de Pedagogia iniciou em 2011 e também é ofertado em parceria pelo Sistema UAB, conforme o Projeto Pedagógico do Curso tem por finalidade contribuir para formação do profissional da educação no Estado e também em outros estados, o curso de Pedagogia da UFMS também foi ofertado nas cidades de Cruzeiro do Oeste, Nova Londrina, Paranavaí Siqueira Campos, Cidade Gaúcha, cidades no Paraná e em Apiaí em São Paulo.

A parceria entre UFMS e a UAB já possui mais de 12 anos e tem por objetivo desenvolver um amplo sistema nacional de EaD e reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior. Desse modo a UFMS, além dos cursos de Administração Pública e Pedagogia, também oferta os cursos de Educação Física, Ciências Biológicas e Letras – Português e Espanhol.

Para a oferta de cursos na UFMS, a Instituição possui uma unidade responsável em administrar esses cursos que é a AGEAD e está vinculada ao Prograd, a estrutura organizacional é composta pela Direção e as Secretaria de Inovação Pedagógica Digital/AGEAD e a Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais.

O corpo docente para atuar na EaD é composto por professores, em caráter temporário e na condição de bolsista da Capes, selecionados por meio de editais de seleção e por dezesseis docentes aprovados no concurso público do Edital PREG n. 140/2008 que visou atender as orientações do MEC para cumprir a solicitação da demanda de formação de professores e de gestores públicos, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foram disponibilizadas vagas para para professores com atuação específica junto aos cursos de EaD (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2022c).

Com uma estrutura para atender os cursos, a EaD da UFMS já formou 2.854 profissionais e atualmente possui 118 alunos matriculados. Uma característica dos cursos EaD é que os cursos possuem características de não ter turmas continuadas, porém a UFMS pretende ofertar novas turmas e também novos cursos, conforme aponta o *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2020-2024* (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2021b).

Além da criação de novos cursos, o PDI também apresenta que a gestão da Instituição estabelece como diretriz política ampliar o acompanhamento das avaliações:

[...] é necessário um acompanhamento das avaliações externas e internas; para tanto, há constante análise dos relatórios de avaliação externa, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e interna, [...] a fim de identificar os pontos fortes e as fragilidades [...] (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2021b, p. 18).

Acompanhar os resultados das avaliações externas dos cursos de graduação presencial e a distância e utilizar esses resultados para criar estratégias, podem impactar na gestão e organização da instituição, com base no estudo de Horta (2013 *apud* FRANCISCO; VEFAGO; FERREIRA, 2018, p. 292) o “[...] Enade passou a ser o instrumento norteador de estratégias institucionais [...]” e a pesquisa Francisco, Michels e Melo (2012 *apud* FRANCISCO; VEFAGO; FERREIRA, 2018, p. 292), foi identificado articulação dos indicativos com o PDI das instituições:

[...] foi possível identificar as maneiras pelas quais havia a articulação dos indicativos com o PDI das instituições, estabelecendo ações para a gestão do ENADE, do Índice de Diferença de Desempenho (IDD), dos insumos do Questionário Socioeconômico do Estudante (QSE) e dos insumos docentes, que eram informados a partir do Censo da Educação Superior. Com esta composição, o CPC passará a ser um dos grandes direcionadores de ações estratégicas no contexto privado da educação superior, trazendo, a reboque, o IGC como um dos grandes desafios.

Com base nos estudos desses autores, esse capítulo procura contribuir na análise do CPC dos cursos a distância da UFMS, conforme o Quadro 13.

QUADRO 13 - Conceito preliminar de curso dos cursos da Educação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2017 e 2018

Conceitos	Cursos			
	Administração Pública	Letras – Português e Espanhol	Pedagogia	Ciências Biológicas
Nota Bruta de Formação Geral	37,80	48,0667	46,5011	41,3478
Nota Bruta de Componente Específico	32,16786	35,492	38,4716	31,2522
Concluintes participantes	100	54	92	69
Organização didático-pedagógica	1,825	3,032	3,059	2,882
Infraestrutura e Instalações Físicas	2,214	3,031	2,956	2,926
Oportunidades de Ampliação da Formação	1,55	2,176	1,373	1,198
Concluintes no Enem	16	19	32	26
Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado	2,00	3,00	3	3
Nota de Proporção de Mestres	3,913	5,00	1,76	2,500
Nota de Proporção de Doutores	3,33	2,25	0,66	2,50
Nota de Regime de Trabalho	4,526	1,250	2,84	3,461
Conceito Preliminar de Curso	3	3	3	3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021a).

Em uma análise de comparação, o Quadro 14 a seguir apresenta o desempenho de cursos com conceito 5 no CPC, na mesma área daqueles que foram apresentados no Quadro 13.

Para comparação foram escolhidos os cursos com maiores conceitos no CPC e cursos provenientes de Universidade Públicas. Para análise serão utilizados os cursos de Administração Pública EaD da UFSC com conceito no CPC 4 na avaliação de 2018, curso de Pedagogia EaD da UnB com conceito 5 no CPC e os cursos de Letras – Português/Espanhol presencial da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e o curso de Ciências Biológicas presencial da Universidade Federal do Paraná. Ressalta que foram escolhidos dois cursos presenciais para análise, porém os indicadores utilizados para os cursos presenciais são os mesmos para os cursos EaD.

QUADRO 14 - Conceito preliminar de curso dos cursos da Educação a Distância e presencial de instituições de ensino superior federais, em 2017 e 2018

Conceitos	Cursos			
	Administração Pública EaD da UFSC	Letras – Português e Espanhol presencial da UFVJM	Pedagogia EaD da UnB	Ciências Biológicas presencial da UFPR
Nota Bruta de Formação Geral	63,33846	55,9125	51,0429	65,2667
Nota Bruta de Componente Específico	52,16923	49,6125	40,2143	55,4667
Concluintes participantes	13	8	8	3
Organização didático-pedagógica	2,43618	2,3094	3,9386	4,5537
Infraestrutura e Instalações Físicas	3,32563	2,9084	3,5342	4,7443
Oportunidades de Ampliação da Formação	2,32887	1,9544	2,1450	4,7867
Concluintes no Enem	0	4	2	3
Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado	-	5,0000	5	3,7299
Nota de Proporção de Mestres	5,000	4,6429	5,00	4,7387
Nota de Proporção de Doutores	4,63636	4,0000	4,2857	4,0244
Nota de Regime de Trabalho	5	5,0000	5,00	5,0000
Conceito Preliminar de Curso	4	5	5	5

Legenda: EaD, Educação a Distância; UFVJM, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri; UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina; UFPR, Universidade Federal do Paraná; UnB, Universidade de Brasília.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2022).

A título de comparação, é possível perceber que as lacunas existentes são em relação a nota bruta no desempenho dos estudantes participantes na parte de Formação Geral constata-se que o curso de graduação em Administração Pública da UFSC alcançou a nota 63,33 e o curso da UFMS obteve a nota 37,80 e o desempenho dos estudantes participantes na parte de Componente Específico do exame, o curso da UFSC obteve a nota 52,16 do e a UFMS 32,16, esse desempenho deve ser relacionado à formação docente, pois conforme analisa em seu estudo Francisco (2021, p. 248) “[...] o processo de ensino e aprendizagem é influenciado pela formação docente [...]”, as notas relacionadas ao corpo docente da Nota de Proporção de Mestres é 5 e da UFMS é 3,9, as notas de proporção para doutores da UFSC é 4,63 e a UFMS obteve 3,33.

Com esses resultados observa-se que ao analisar as notas obtidas em cada dimensão pelo curso de Administração Pública da UFMS, identifica-se a necessidade do curso de

ampliar as oportunidades de formação continuada para os docentes, com fulcro na pesquisa de Francisco (2021) constata-se que ao ampliar a formação dos docentes com a experiência profissional, o resultado proporciona uma aprendizagem melhor para o estudante.

Essa análise de Francisco (2021) corrobora com a nota dos estudantes do curso de Administração Pública da UFMS em relação à dimensão das condições do Processo Formativo, os alunos concluintes ao responderam o questionário do estudante avaliaram com nota 1,55 o componente relativo às OAF acadêmica e profissional.

Analisando os resultados dos componentes da dimensão do corpo docente dos outros cursos EaD da UFMS também são baixos ao comparar com outras Instituições de Ensino Federais, o curso de Pedagogia da UFMS apresenta nota de proporção de mestres 1,76 e o curso de Pedagogia EaD da UnB tem nota 5, a nota de doutores do curso de Pedagogia da UnB é 4,28 e o curso a nota da UFMS é 0,66, o curso de Letras – Português/Espanhol da UFMS é o único curso que apresenta nota máxima na nota de proporção de mestres, porém ao comparar com o curso da Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri identifica-se que o curso de Letras – Português e Espanhol obteve notas maiores do que o curso da UFMS.

Analisando a dimensão Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo é constituída pelos componentes, Nota referente à organização didático-pedagógica, Nota referente à infraestrutura e instalações físicas e Nota referente às OAF acadêmica e profissional, essa dimensão é avaliada pelos alunos por meio do questionário preenchidos pelos alunos concluintes, apenas o curso de Administração Pública da UFMS apresentou notas baixas e o curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná apresentou notas maiores nesse item, identifica-se a importância de utilizar essa dimensão como um instrumento de gestão, conforme os estudos de Francisco (2021, p. 248), “[...] fundamental conhecer os elementos relevantes da estrutura institucional para promover ações que possam ser reconhecidas como diferenciais competitivos em determinado ecossistema [...]”.

Portanto, considerando uma análise comparativa entre os indicadores do CPC dos cursos da UFMS e demais cursos, da mesma área, que apresentam conceitos consolidados, é possível perceber os seguintes desafios: um dos desafios da UFMS será em utilizar o Enade como um instrumento de governança, com base nos estudos de Francisco (2021, p. 247), é apresentado que os estudos sobre o Enade procuram abordar a estrutura funcional do exame e oferecem “[...] poucos elementos que ajudam a compreender as formas pelas quais o

desempenho acadêmico dos estudantes pode impactar o fenômeno da governança de um curso de graduação [...]”.

A UFMS também tem como desafio ampliar as oportunidades de formação continuada para os docentes, pois conforme a análise realizada, a UFSC possui boas notas nesse item e o bom desempenho nesse item reflete no desempenho da formação geral e no desempenho dos estudantes, assim como trabalhar nos itens referente à organização didático-pedagógica, à infraestrutura e instalações físicas e às OAF acadêmica e profissional.

Esta seção buscou evidenciar os elementos que permitem atender ao segundo objetivo específico da pesquisa, que é “Apresentar uma análise comparativa dos indicadores de desempenhos disponibilizados pelos cursos de EaD no CPC”. Para tanto, dados provenientes da pesquisa foram considerados, mais especificamente da análise documental, bibliográfica, suportados pela técnica de análise de conteúdo que contribuiu para a organização desta categoria de análise.

#### 4.4 A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES: PONTOS FORTES E FRACOS DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES E DO CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Esta seção tem o objetivo de apresentar evidências que permitam a consecução do terceiro objetivo específico que é conhecer a percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos fortes e desafios encontrados na gestão do Enade e CPC na UFMS.

A partir do que foi possível perceber nos resultados da seção anterior, existem lacunas que devem ser os pontos de atenção dos coordenadores de curso, considerando a importância que o Enade e o CPC possuem para a governança dos cursos de graduação. Nesse sentido, entendendo que era fundamental explorar a visão dos coordenadores sem que estas fossem enviesadas pelos resultados dos indicadores, esta seção apresenta o resultado da entrevista realizada com os coordenadores dos cursos de Administração Pública e Pedagogia, de modo que livre de quaisquer influências dos resultados dos indicadores, esses pudessem contribuir a partir das ações que entendem ser as ideais. Ao final da seção, é apresentada uma matriz, organizada sob a regência da proposta da matriz SWOT, apresentando alguns elementos que podem ser relevantes para as ações de contingência no âmbito dos cursos da UFMS.

Para análise dessa seção, foi encaminhado um questionário para os cinco coordenadores dos cursos ativos da EaD da UFMS e participaram da pesquisa os coordenadores dos cursos de Administração Pública e Pedagogia – Licenciatura. O questionário foi dividido em duas perguntas introdutórias, a primeira pergunta questionou se era a primeira experiência como coordenador de curso e a segunda era qual foi o último Enade que o curso participou.

Para o coordenador do curso de Administração Pública é a primeira experiência como coordenador de curso, sendo classificada como enriquecedora e com desafios e para a coordenadora do curso de Pedagogia a experiência foi classificada como uma experiência tranquila, pois segundo a coordenadora é a segunda experiência no cargo e já está habituada com os trâmites administrativos e burocráticos.

A participação do curso de Administração Pública no Enade foi em 2018 e a percepção do Coordenador no processo de organização do curso no Enade é que foi necessário realizar uma sensibilização com os alunos:

*Percebi que a maior parte dos acadêmicos era caracterizada por pessoas de idade mais avançada, chefes de família, trabalhadores e que, muitas vezes, tinha finalizados seus estudos no ensino médio há muitos anos. Ou seja, quase que a maioria dos alunos não sabia o que era Enade e, quando sabia, o viam como uma espécie de vilão.*

Conhecendo o perfil dos alunos do curso, o coordenador compreendeu a necessidade de um trabalho de divulgação sobre a prova e a importância do Enade, dividido em duas etapas, a primeira por e-mail e a segunda com uma visita aos polos para explicar o papel do Enade e o processo da avaliação como a forma de condução e também sobre o preenchimento do questionário pelos alunos.

O Coordenador avaliou o resultado da divulgação como positiva, os alunos compreenderam o papel do Enade e participaram da avaliação, porém o resultado do desempenho dos acadêmicos no exame não foi positivo, não só da UFMS como os outros cursos de Administração Pública do Brasil, conforme relata o coordenador.

Com os resultados obtidos do desempenho acadêmico no exame o Coordenador justifica que pela natureza do curso de não possuir turmas continuadas não teve a oportunidade de realizar estratégias:

*Pela natureza do curso não possui turmas continuadas e, atribuído ao fato de que a UFMS apenas teria outra turma (PNAP IV) para formar em*

*Administração Pública EaD, sem ofertas futuras de vagas, confesso que não houve o desempenho de grandes ações relacionadas ao resultado do Enade. Talvez, isso seja diferenciado em Instituições com curso com entradas continuadas e anuais. Como coordenador, confesso ter ficado insatisfeito com o resultado do Enade 2018 no curso de Administração Pública EaD da UFMS. Porém, em pouco tempo, pude perceber que essa foi uma realidade de todos os cursos de Administração Pública do país.*

Com o resultado negativo do desempenho dos estudantes no Enade, o Coordenador de Administração Pública relata que isso o fez indagar se o resultado do desempenho dos estudantes pode estar relacionado com algumas características do curso, como a modalidade, estrutura institucional e até o perfil dos alunos:

*Os resultados do Enade trouxeram à minha mente alguns questionamentos. Teria resultado com a modalidade do curso? Teria tal resultado relação com o perfil do aluno do curso? Teria tal resultado relação com a estrutura institucional? Basicamente, como estratégia imediata, o Colegiado do curso reuniu-se para analisar o relatório, buscando identificar “gargalos” para que melhor fossem trabalhados na única turma futura existente do curso. Acredito que em cursos com turmas continuadas, a realidade seja outra, já que as coordenações podem se reunir, criar projetos de ensino voltados àquelas temáticas que se demonstraram mais sensíveis, desenvolvendo trabalhos paralelos com a turma durante toda sua formação.*

Com fulcro nos estudos apresentados Bezerra e Tassigny (2018) que analisam a relação entre as políticas de financiamento estudantil e o desempenho dos estudantes de Administração no Enade, os autores destacam que algumas características no perfil dos estudantes influenciam no desempenho dos acadêmicos, na análise dos autores, os alunos que trabalham e estudam podem ter dificuldades na formação acadêmica e na análise de Brandt, Tejedo-Romero e Araujo (2020), o estudo aponta que fatores socioeconômicos como renda familiar, idade, horas de estudo, de trabalho, de identificação influenciam nos desempenhos dos acadêmicos e também características das IES e cursos relacionando os estudos apresentados.

Desse modo compreende-se que o perfil do aluno interfere no desempenho acadêmico, conforme analisa Dias Sobrinho (2010), o resultado de uma avaliação permite que seja identificado aspectos do comportamento humano e da conduta das organizações e com o resultado desta avaliação é possível adotar medidas como novas práticas e metas para serem alcançados. Com base nesse estudo, identifica-se uma lacuna na gestão dos coordenadores dos cursos de Pedagogia e Administração Pública, os cursos não utilizam os resultados da avaliação para identificar características do perfil e do desempenho dos estudantes.



Analisando a percepção do coordenador de Administração Pública da UFMS com as lacunas apresentadas na análise comparativa dos indicadores de desempenho disponibilizados pelos cursos de EaD no CPC identifica que o coordenador explica que o desempenho acadêmico pode estar relacionado com a estrutura institucional, sendo influenciado pelas variáveis que compõem o CPC que são referentes à organização didático-pedagógica, à infraestrutura e instalações físicas e às OAF acadêmica e profissional.

Ainda analisando o resultado do Enade, o Coordenador identifica que os pontos positivos são que o exame auxilia a identificar os pontos sensíveis na formação do aluno e também por meio dos relatórios é possível identificar o desempenho dos discentes e que os relatórios ajudam a gestão a criar estratégias capazes de melhorar aprendizagem das temáticas sensíveis:

*Acredito que o Enade, assim como outras formas de avaliação sejam importantes na formação dos alunos. Os processos avaliativos demonstram comprometimento das Instituições naquilo que concerne à evolução de seus cursos. Os instrumentos avaliativos servem de ferramentas (termômetro) que indicam os aspectos limitantes que carecem de melhoria. Porém, entendo que a efetiva função do Enade se dá quando o aluno, tanto faz a prova série inicial, como na série final. Nesse caso, o aluno não encara o Enade apenas como mais uma prova, mas, sobretudo, enxerga seu desenvolvimento formativo. De toda forma, percebo que tratar do Enade e processos avaliativos é urgente no âmbito das Instituições de Ensino e não somente com aqueles acadêmicos aptos a passarem por referido processo. O aluno precisa compreender como as Instituições são avaliadas, como são formados os índices institucionais e de cursos. A impressão que tenho é que ainda existe, por parte do aluno, uma certa resistência a participar de processos avaliativos (seja de qual natureza for.*

Sobre os desafios do Enade o Coordenador de Administração Pública relata que um deles é envolver os docentes no processo e também porque o curso apresenta uma característica de ter docentes contratados por meio de editais e o resultado desse tipo de seleção é que nem todos os docentes envolvidos são docentes da UFMS, na visão do coordenador envolver os docentes é um dos desafios para o Enade, porém, por meio do trabalho de Francisco (2021), constata-se que ao ampliar a formação dos docentes com a experiência profissional, o resultado proporciona uma aprendizagem melhor para o estudante, o desafio será ampliar as oportunidades de formação continuada para os docentes.

A percepção do Coordenador sobre se a prova do Enade consegue avaliar o rendimento, as competências e as habilidades dos alunos, ele avalia que sim e que os relatórios do Enade são instrumentos que apresentam sensibilidades existentes:

*Acredito que os relatórios pós Enade são, por si, importante instrumento que apresentam, claramente, sensibilidades existentes, que são frutos dos processos formativos. Assim, identificadas tais sensibilidades, cabe às coordenações de curso, criarem ações que busquem amenizá-las, sem por meio de aplicação de conteúdo em sala de aula, utilização de novas metodologias, execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que oportunize ao aluno, novas maneiras de se envolver com os conteúdos, conseqüentemente, aprendendo aquilo que tinha dificuldade, de forma diferenciada.*

Porém na percepção da Coordenadora do curso de Pedagogia EaD ao ser questionada se a prova do Enade consegue avaliar o rendimento, as competências e as habilidades dos alunos, ela avalia que apenas o exame não alcança todos os objetivos:

*Não acredito que apenas este exame consiga “dar conta” de todos esses aspectos. A nossa Instituição tem dado um bom suporte para os coordenadores em todo o processo. Mas, para se tornar um instrumento de gestão é preciso, na EaD especificamente, a oportunidade efetiva de termos momentos presenciais de interação com os estudantes a fim de discutir e problematizar o exame, o que geralmente não acontece.*

A Coordenadora percebe que a gestão tem grandes desafios ao avaliar os resultados do Enade, considera que o fato do curso ser nessa modalidade não possibilita interações como de um curso presencial e o perfil dos estudantes do curso também interfere no desempenho do curso:

*A modalidade a distância não possibilita as mesmas interações que um curso presencial. Ainda, cada polo de apoio presencial tem sua estrutura, que diverge bastante de um local para o outro. As estudantes, em sua maioria mulheres, mães e trabalhadoras, possuem muitos afazeres, ou seja, nem sempre conseguem priorizar o curso. Por fim, neste caso específico do último Enade, acredito que os estudantes foram mais prejudicados, considerando que não tivemos encontros presenciais por dois anos, haja vista o contexto pandêmico que tivemos.*

A última avaliação que o curso passou foi em 2021, o resultado dessa avaliação ainda não foi divulgado e conforme a Coordenadora relata o processo de organização deste último exame foi dividido em três momentos:

*Informações iniciais, incentivo e estimulação para os estudantes participarem; acompanhamento no dia e questionamentos, após a prova, sobre o que eles tinham achado, quais foram suas maiores dificuldades, etc...*

A Coordenadora também relata que os alunos compreenderam a importância do exame. Para ela, esse processo de divulgação foi um processo tranquilo, pois segundo a coordenadora durante o processo a coordenação já iniciou um trabalho sobre a importância da prova, o objetivo do exame e essas informações foram enviadas por grupos de WhatsApp.

A avaliação da Coordenadora de Pedagogia sobre a importância do Enade para formação dos alunos é que a prova pode ajudar o estudante a se autoavaliar:

*Penso que é um momento em que o estudante pode se autoavaliar, perceber as lacunas e potências de suas aprendizagens. Mas, não vejo como algo que impacte, diretamente, na formação (pedagógica) dos alunos do curso. Sabemos que é um instrumento que “mede” a qualidade do curso, mas tem seus limites, pois vários fatores não são mensurados em um exame como este.*

Na percepção da Coordenadora, ela avalia como ponto positivo do Enade que o exame ajuda a visualizar os “aspectos fortes” do curso e do currículo. O exame é uma oportunidade para o acadêmico se autoavaliar, mas não analisa o Enade como um instrumento de governança ou que possa impactar no PPC, porém no estudo Brandt, Tejedo-Romero e Araujo (2020), é apresentado que o desempenho acadêmico no Enade pode afetar a gestão de PPC; e Francisco (2021, p. 240) analisa que existem poucos estudos sobre o Enade utilizando modelos que fazem do Enade um instrumento de governança e que o exame “[...] pode se constituir em um excelente diagnóstico que demonstra a integração de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).”

Ambos os coordenadores relataram que com os resultados do Enade e do CPC a tomada de decisão enquanto coordenadores foi encaminhar os relatórios para avaliação do Colegiado, porém não relataram quais decisões e ações propostas para melhorar o desempenho dos acadêmicos e o CPC.

Compreende-se que os coordenadores identificam algumas características do perfil dos alunos influenciam no desempenho no curso e no Enade, porém não definiram os perfis dos alunos dos que estudam nos cursos de Administração Pública e Pedagogia, e também não informaram se conseguiram essas características por meio do instrumento de coleta, que é o questionário dos estudantes, esse questionário que auxilia a identificar a compreensão dos resultados dos estudantes no Enade.

A partir destes resultados, a seguir apresenta-se uma proposição de matriz qualitativa que permite compreender alguns pontos que podem ser relevantes para o desenvolvimento de ações que possam aprimorar o CPC e o Enade dos cursos EAD da UFMS (FIGURA 4).

FIGURA 4 – Proposição de matriz qualitativa

<p style="text-align: center;"><b>FORTALEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Relatórios ajudam a identificar pontos sensíveis na formação do aluno.</li> <li>– Questionário do Estudantes</li> <li>– Elevar a média do CPC</li> <li>– PDI</li> <li>– Enade ajuda a identificar os pontos fortes do curso</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAGILIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os cursos não possuem turma continuada</li> <li>– Professores temporários no curso</li> <li>– Capacitar os coordenadores</li> <li>– Utilizar o Enade e o CPC como instrumento de gestão alinhado com CPA</li> <li>– Trabalhar o papel do Enade com os alunos</li> <li>– Utilizar o Enade como instrumento de gestão para PPC</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Melhorar o desempenho acadêmico dos alunos no Enade</li> <li>– Melhorar a formação docente</li> <li>– Melhorar a organização didático-pedagógica</li> <li>– Melhorar o Conceito Preliminar do Curso</li> <li>– Melhorar a infraestrutura</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Identificar o perfil dos alunos do curso</li> <li>– Investir na formação docente</li> <li>– Utilizar os resultados do CPC como instrumento de gestão</li> <li>– Utilizar os resultados no Enade como instrumento de gestão</li> </ul>

Legenda: CPA, Comissão Própria de Avaliação; CPC, Conceito Preliminar de Curso; Enade, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional; PPC, Projeto Pedagógico de Curso.

Com a posição da matriz qualitativa é possível compreender como fragilidades que os coordenadores apresentaram algumas lacunas na gestão dos cursos sendo uma delas o fato dos cursos não terem turmas continuadas o que dificulta no acompanhamento do desempenho dos estudantes e propor estratégias com os resultados das avaliação na visão dos coordenadores, outra lacuna apontada é o fato dos professores terem um vínculo temporário com o curso, pois são contratos por meio de edital e não criam vínculos com o curso.

Compreende-se com a análise que coordenadores não utilizam os indicadores de qualidade da avaliação como instrumento de governança para propor estratégias para aprimorar o desempenho do curso e isso é um dos desafios apresentados pela matriz, que é utilizar os resultados do Enade e do Conceito Preliminar de Curso como instrumento de gestão.

Considerando esses desafios, os gestores devem se apropriar das fortalezas apresentadas pela matriz que são os relatórios, pois esses documentos ajudam a identificar os pontos sensíveis na formação do aluno, assim como o questionário dos estudantes e o PDI da

UFMS que estabelece com meta elevar o conceito do CPC dos cursos de graduação da UFMS, desse modo algumas oportunidades são melhorar o desempenho acadêmico dos alunos no Enade e o Conceito Preliminar do Curso.

#### 4.5 UM OLHAR PARA O FUTURO: PROPOSTAS PARA APRIMORAR O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTEE O CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

O resultado do desempenho dos estudantes no Enade influencia no CPC, pois a sua composição tem como o desempenho dos estudantes a dimensão que tem maior peso em sua composição e corresponde a 55%.

Considerando que esses instrumentos de avaliação como o resultado do Enade e do CPC, são instrumentos de avaliação que integram a avaliação externa e também oportunizam elemento para gestão, com fulcro na análise Marcheli (2006), por meio dos atos de credenciamento e credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento são criados processos que permitem acompanhar adequadamente os projetos que direcionam a estratégia institucional e conforme as diretrizes políticas do PDI da UFMS que objetivam ampliar o acompanhamento das avaliações internas e externas, identificando fragilidades e potencialidades, esta seção tem por objetivo recomendar um conjunto de ações para potencializar o desempenho dos estudantes dos cursos de EaD da UFMS.

Para recomendar essas ações será necessária a criação de um programa de atividades, que será dividido em três anos e em cada etapa terá ações complementares. Na primeira etapa será feito o mapeamento dos possíveis participantes em cada ação. Desse modo, será possível sensibilizar e capacitar esses atores, e a primeira ação será com os professores e coordenadores do curso e com o Núcleo Docente Estruturante.

Para realizar essa ação é necessário que os atores participantes desta ação, realizem reuniões para identificar o diagnóstico, que será por meio da análise dos relatórios do Enade e dos dados do CPC de cada curso EaD da UFMS, conforme analisam Francisco *et al.* (2018), com base nas dissertações de Eleni Hosokawa Wordell, em *Conceito Cinco no ENADE em Cursos de Pedagogia: que Referenciais estão em Jogo?* (2012), e Adauto Marin Molck, em *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: Impactos nas IES e Estratégias de Aprimoramento Institucional: um Estudo a partir da Produção Científica Brasileira (2004-*

2010) (2013), onde os autores destacam o uso dos relatórios do INEP e dos dados dos CPC como instrumento de governança e destacam que a sensibilização utilizando esses elementos determina o desempenho positivo.

As ações de sensibilização serão divididas em três etapas, utilizando os estudos de Francisco *et al.* (2018) como base, a primeira etapa é a caracterização do Enade, identificar os desafios da regulação, além de realizar um trabalho com os estudantes sobre a importância e a participação dos estudantes no exame e identificar as dimensões do CPC e utilizar esse instrumento de avaliação no curso.

Conhecer a avaliação dos ciclos anteriores auxilia a identificar as lacunas que fizeram com que o curso apresentasse um desempenho ruim no Exame como é o caso do curso de Administração Pública EaD da UFMS que apresentou conceito um no Enade no ciclo avaliativo de 2018, conforme relatou o coordenador apesar do conhecimento do relatório o curso não apresentou ações para melhorar o desempenho ou a nota dos cursos, além do pouco envolvimento dos professores dos cursos que na maior parte tem um vínculo temporário com curso.

A proposta para professores e coordenadores dos cursos EaD da UFMS é que seja realizada uma capacitação ministrada por pesquisadores ou profissionais envolvidos com a temática da avaliação e regulação, trazendo debates sobre a avaliação, identificando as lacunas e os pontos fortes que resultaram no desempenho dos estudantes e na avaliação do curso e buscar propostas para sanar as lacunas identificadas para depois entrar na segunda etapa e trabalhar com os atores dessa segunda etapa, que são os alunos do curso.

Compreende-se que no primeiro ano de trabalho sejam realizadas reuniões com os atores envolvidos, professores, coordenadores e o Núcleo Docente Estruturante para a sensibilização do uso dos indicadores como instrumento de governança, também nesse primeiro ano é necessário que os atores envolvidos compreendam que os resultados do Enade impactam o CPC e avaliem o desempenho do curso e dos estudantes por meio dos ciclos anteriores e incluam o Enade como um evento que causa impacto social.

No segundo ano, a ação será realizada com os estudantes envolvidos no processo, os alunos concluintes e também com os alunos ingressantes. Conforme relatou o coordenador do curso de Administração Pública, os alunos do curso são alunos mais velhos, que finalizaram o ensino médio há muitos anos, que não sabiam o que era o exame e o avaliavam como uma espécie de “vilão”, com essas informações apresentadas pelo coordenador, percebe-se a importância de sensibilizar esses estudantes sobre o impacto do exame no curso e que o

exame faz parte de um processo pedagógico.

Apesar da Coordenadora do curso de Pedagogia ter relatado que os acadêmicos entenderam a importância do exame, compreende-se que os acadêmicos de Pedagogia também não compreendem a importância do Enade; quando relatou que o perfil dos estudantes é formado por mulheres, mães e trabalhadoras que “tem muitos afazeres, ou seja, nem sempre conseguem priorizar o curso”, dessa forma depreende que os acadêmicos do curso não têm a compreensão do Enade enquanto um evento que traz impactos para o curso.

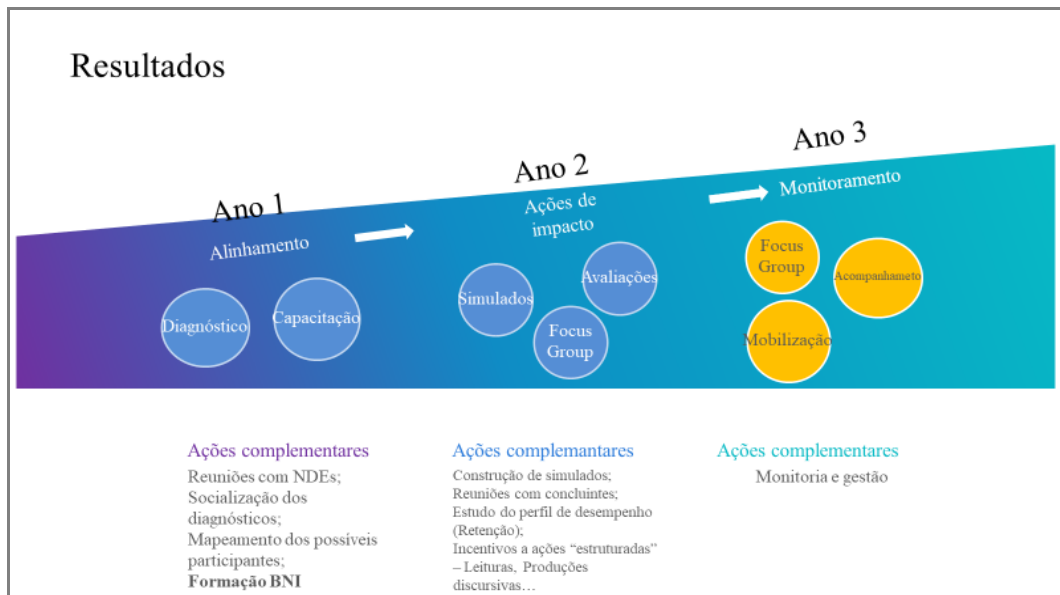
Para os discentes, a proposta de trabalho com fulcro nos estudos de Francisco *et al.* (2018), a compreensão dos impactos regulatórios para essa ação será realizada reuniões com os concluintes, também deverá ser item de pauta a importância do Enade para o curso e as operações que envolvem o exame, como o questionário do estudante, a prova e o CPC.

Nessa etapa de sensibilização com os estudantes no caso dos cursos da UFMS, destaca-se a importância de realizar uma ação também com os ingressantes do curso, a ação inclui a sensibilização da importância do Enade enquanto evento social e que traz impacto no curso, também identificar o perfil dos acadêmicos que ingressam no curso.

Considerado que a coordenação possui um perfil dos alunos que ingressam no curso, será possível realizar ações que evitem um desempenho ruim dos alunos em exames futuro, pois conforme analisa Brandt, Tejedo-Romero e Araujo (2020) ao identificaram que fatores socioeconômicos como renda familiar, idade, horas de estudo, de trabalho, de identificação influenciam no desempenho dos acadêmicos.

Os resultados esperados dessas ações nos primeiros e no segundo está representado conforme na Figura 5.

FIGURA 5 – Propostas para aprimorar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e o Conceito Preliminar de Curso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Fonte: Thiago Henrique Almino Francisco, 2020.

Para o terceiro ano de ações complementares, são esperadas ações pelos gestores da UFMS como a mobilização para o exame com reuniões durante o ano todo com os professores, coordenadores e alunos concluintes. Acompanhar a preparação desses estudantes para prova, sensibilizando-os sobre a prova, sobre a importância das questões da prova e também auxiliando-os sobre a importância do questionário do estudante, entre outras operações que envolvem o processo do exame.

Com os resultados do exame, compreende-se a necessidade de realizar um *Focus Group* com os alunos que fizeram a prova para debater sobre o desempenho e possíveis resultados, o questionário do estudante e se eles compreendem a prova como um componente curricular obrigatório do curso e a importância do exame para o curso.

E também realizar um *Focus Group* com os docentes analisando se ações realizadas atingiram os objetivos propostos, além de propor adequações dos instrumentos de avaliação e para os gestores, com base nos estudos de Francisco *et al.* (2018), se os gestores compreenderam a proposta dos indicadores de avaliação devem ser utilizados como instrumento de governança.

Desse modo, considerando o framework, as ações que devem ser implantadas a partir dos resultados dessa pesquisa são: Caracterização do Enade; Identificação dos desafios da regulação; Relatórios do Inep e dados do CPC como instrumento de governança; Identificar as



dimensões do CPC e utilizar esse instrumento de avaliação; Reuniões com coordenadores e professores para sensibilização do uso dos indicadores como instrumento de governança; Capacitação ministrada por pesquisadores ou profissionais envolvidos com a temática da avaliação; Sensibilização com os estudantes concluintes sobre os impactos regulatórios; Identificar o perfil dos ingressantes; Mobilização para o exame; Acompanhamento dos estudantes concluintes; Grupos Focais com estudantes; Grupos Focais com os professores.

As ações que devem ser implantadas a partir dos resultados dessa pesquisa, conforme a figura 6.

FIGURA 6 – Ações que devem ser implantadas a partir dos resultados dessa pesquisa



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação da Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE, Lei posteriormente modificada pela Lei n. 13.005/2014, essa lei apresentou em sua redação que a União instituirá o sistema nacional de avaliação, atribuindo ao Governo a função de regular o ensino brasileiro. Após três anos desta legislação, foi instituído um novo sistema de avaliação, o SINAES por meio da Lei n. 10.861/2004.

O SINAES absorveu algumas diretrizes do antigo sistema de avaliação o PAIUB entre elas, a relação da avaliação interna com a avaliação externa. A Lei n. 10.861/2004, que institui o SINAES, ao promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, informa que o sistema deverá assegurar a avaliação interna e externa contemplando a análise global e integrada das dimensões e o resultado das avaliações externa são referenciais básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior.

Desse modo, para que os resultados das avaliações sejam utilizados como referencial para os processos de regulação, é necessário apresentar propostas para reestruturar o sistema de avaliação criando novos instrumentos, como ocorreu por meio Portaria Normativa MEC n. 4/2008, com a criação do CPC, que é constituído de oito componentes, agrupados em quatro dimensões, cada componente possui um peso e é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação.

Assegurar a qualidade do ensino da graduação é um dos objetivos do SINAES, que avalia os cursos de graduação presenciais e a distância das instituições, considerando o crescimento da modalidade a distância, essa pesquisa que se conclui teve no seu objetivo geral analisar os fatores que influenciam o desempenho dos acadêmicos dos cursos da EaD da UFMS no Enade.

Para atingir o seu objetivo, este trabalho de pesquisa teve em seus objetivos específicos caracterizar o ensino de graduação da UFMS, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, apresentando as diretrizes políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI da UFMS. Outro objetivo específico foi apresentar uma análise comparativa dos indicadores de desempenhos disponibilizados pelos cursos de EaD no CPC, a escolha desse indicador para apresentar os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes é justificado porque a dimensão que tem o maior peso está relacionada ao desempenho dos estudantes.

Para esta análise foram escolhidos os cursos com maiores conceitos no CPC no ciclo avaliativo de 2017 e 2018 e provenientes de Universidade Públicas, dessa análise identifica-se que os cursos da EaD da UFMS apresentaram notas baixas nos componentes e esse resultado influenciou no desempenho dos acadêmicos da UFMS. Uma lacuna identificada é referente à formação docente a nota do curso de comparando um dos cursos EaD da UFMS, o curso de Administração Pública UFMS apresentou nota inferior do que o curso de Administração Pública da UFSC e, por consequência, esse resultado influenciou o resultado das notas de formação geral e do componente específico.

Outra etapa analisada nesta pesquisa foi em conhecer a percepção dos coordenadores de curso sobre os pontos fortes e desafios encontrados na gestão no Enade e do CPC, percebe-se que os coordenadores da UFMS não utilizam os resultados desses instrumentos de avaliação como instrumento de governança e na visão dos coordenadores dos cursos de Administração Pública e Pedagogia os fatores que influenciaram o desempenho pode estar ligados as características dos curso, ser um curso a distância, docentes temporários no curso e o perfil dos alunos.

Os cursos na modalidade a distância estão em crescimento no Brasil em número de alunos e em novas ofertas de cursos nessa modalidade, porém observa-se que apesar do crescimento do número de alunos e de cursos, o desempenho desses estudantes e a qualidade dos cursos não é item de pauta dos gestores e coordenadores desses cursos. Apesar de conhecerem o sistema de avaliação dos estudantes ainda não utilizam desse instrumento para tentar identificar as lacunas que ocasionou esses resultados.

Conforme aponta o PDI da UFMS, a Instituição pretende ofertar novas turmas dos cursos analisados nessa pesquisa e também pretende abrir novos cursos na modalidade EaD, porém não apresentou políticas específicas para aprimorar a qualidade dos cursos, ressalta-se que a Instituição tem como diretriz ofertar um ensino público de qualidade, identificando a necessidade de desenvolver estratégias para alcançar os objetivos dessa

A partir dos aspectos analisados, a proposta dessa pesquisa foi propor de um framework com ações para serem desenvolvidas pelos atores envolvidos no processo do Enade, entre as ações propostas destaca-se a utilização dos instrumentos de avaliação Enade e CPC como instrumento de gestão para propor ações que resultem no melhor desempenho dos estudantes e por consequência elevar o CPC.

Compreende-se a necessidade de uma ação de sensibilização com os atores envolvidos

no processo, estudantes, professores, coordenadores e gestores da instituição com a caracterização do Enade e a identificação dos desafios da regulação e, também, capacitar esse público para identificar lacunas no processo e no resultado do desempenho dos acadêmicos e no desempenho do curso.

Com base nos objetivos propostos à pesquisa e nas contribuições deste trabalho, novas proposições devem ser apresentadas para estudos futuros que são apresentadas a seguir.

A partir da análise do CPC dos cursos EaD, sugere-se um estudo aprofundado na utilização dos instrumentos de avaliação como instrumento de governança.

Com base nos estudos, sugere-se o aprofundamento na identificação do perfil dos alunos ingressantes dos cursos da EaD.

Com a proposta de *framework*, sugere-se a implantação de um processo de acompanhamento periódico, monitoramento e controle dos resultados do Enade e do CPC dos cursos a distância da UFMS.

Considerando que ainda existem poucos estudos sobre o Enade e o CPC e também sobre o desempenho acadêmico dos alunos da modalidade a distância, a proposta desses estudos é contribuir para o ensino da UFMS, colaborar e incentivar novas pesquisas que analisem o desempenho acadêmico utilizando os instrumentos de avaliação e que esses instrumentos sejam utilizados como instrumento de governança.

## REFERÊNCIAS

- 1LIBRARY.ORG. *De outros*. Lisboa, 2022. Disponível em: <https://1library.org/topic/other>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, V. P. *O processo de formação das políticas de avaliação da Educação Superior no Brasil (1983-1996)*. Orientador: Jose Dias Sobrinho. 144 f. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://1library.org/document/z1e5283y-processo-formacao-das-politicas-avaliacao-educacao-superior-brasil.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALMEIDA, M. S. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-14. Disponível em: [http://www.abed.org.br/arquivos/Estado\\_da\\_Arte\\_1.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALVES, M. A. S. *Análise qualitativa dos indicadores do SINAES em relação às ações dos tutores na educação superior a distância*. Orientador: Marcos Baptista Lopez Dalmau. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://1library.org/document/q0gx35vz-analise-qualitativa-indicadores-sinaes-relacao-educacao-superior-distancia.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALVES, R. C. *Egressos: estudo do curso de ciências econômicas na modalidade a distância de uma universidade pública federal*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169487/339025.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ANTUNES, T. C. M. *Gestão Acadêmica: proposta de manual para coordenadores de cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina*. Orientador: Raphael Schlickmann. 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177773/347026.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ARNONI, T. H. *Diretrizes de gestão de egressos para faculdades de tecnologia*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215036/PPAU0198-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 5-22, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/fJQqv3tn9HzJmqS8KRJTnYJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/hWYTSMnMrWR5Q3TyzCpdQRj/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 23 ago. 2022.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Percurso da avaliação da educação superior nos governos Lula. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/fLsPHntHb77vRNtNpdLG5Jv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 23 ago. 2022.

BEZERRA, M. E. G.; TASSIGNY, M. M. A relação entre a política de financiamento estudantil e o desempenho dos estudantes de administração no Enade. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, v. 26, n. 1, p. 1-32, 2018. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3472/2078>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BOTELHO, R. O. *Avaliação de desempenho dos egressos do curso de doutorado em Administração de uma instituição federal de ensino superior*. Orientador: Marcus Vinicius Andrade Lima. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169241/342273.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRANDT, J. Z.; TEJEDO-ROMERO, F.; ARAUJO, J. F. F. E. Fatores influenciadores do desempenho acadêmico na graduação em administração pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, p. 1-20, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/RF8cFBPnKjNqYPJkLjZVpHg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 nov. 1968. Retificado em 3 dez. 1968. Não paginado. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 6.674 de 5 de julho de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 jul. 1979. Retificado em 28 ago. 1979. Não paginado. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6674&ano=1979&ato=6cfg3ZU1EMrRVTcb1>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 91.117, de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1º abr. 1985a. Não paginado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Uma nova política para a educação superior brasileira: relatório final*. Brasília, DF: Secretaria da Educação Superior, 1985b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002096.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 92.200, de 23 de dezembro de 1985. Institui o Programa Nova Universidade e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 1985c. Não paginado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92200-23-dezembro-1985-442294-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.448, de 14 de março de 1997. Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 mar. 1987. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Superior, 1994. Disponível em: [https://www.fera-al.com.br/public/\\_ARQ/downloads/download\\_471.pdf](https://www.fera-al.com.br/public/_ARQ/downloads/download_471.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Institui o Programa Nova Universidade e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 dez. 1995. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3860.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3860.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior*. Brasília, DF: CONAES, 2004b. Disponível em: [http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes\\_Avaliacao\\_IES.pdf](http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 ago. 2008. Não paginado. Disponível em: [https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port\\_Norm\\_004\\_2008\\_08\\_05.pdf](https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port_Norm_004_2008_08_05.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Não paginado. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/legislacao/2007/portaria\\_40\\_12122007.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 mar. 2016. Não paginado. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 dez. 2017a. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 maio 2017b. Não paginado. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 ago. 2018. Não paginado. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450). Acesso em: 23 ago. 2022.



BRASIL. Governo Federal. *Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância*. Brasília, DF, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia#:~:text=Existem%20no%20pa%C3%ADs%20.608%20institui%C3%A7%C3%B5es,108%2C%20est%C3%A1%20na%20rede%20privada.&text=Em%202019%2C%20a%20matr%C3%ADcula%2C%20na,privada%2C%202%2C4%25>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação a distância*. Brasília, DF, [2022?]. Não paginado. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Mapa do ensino superior no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2022b. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-12/regioes/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRITO, M. R. F. O Sinaes e o Enade: da concepção à implantação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ZdhwTwShNXXft9GN5fjcMnf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CAMPOS, I. F. Desafios estratégicos da gestão universitária em IES privadas. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011, Resende. *Anais* [...]. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2011. p. 1-15. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/251419.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CANZIANI, I. F. S. *Evasão dos cursos de pós-graduação lato sensu (2010-2014) da Universidade do Sul de Santa Catarina/Unisul – Campus Sul, Tubarão/SC*. Orientador: Alessandra de Linhares Jacobsen. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160719/337934.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. G. G. V. *Avaliação da educação superior no Brasil: das primeiras regulações até o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/240/786/6755-1>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. G. G. V. Diagnóstico Institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da Análise SWOT. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 694-718, 2019. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/2270/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 6 e 7 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n. 5.839, de 11 de julho de 2006, [...]. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

- CONTO, S. F. *Avaliação dos processos inerentes à Plataforma Sucupira dos programas de pós-graduação stricto sensu – modalidade profissional da UFSC*. Orientadora: Lourdes Alves. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211484/PPAU0199-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- CORTELAZZO, A. L.; ELISEI, C. C. A. Desempenho dos estudantes de cursos presenciais e a distância no Enade em 2015, 2016 e 2017. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 207-231, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/grVFCbvX6XLqt6BXMg6M5WP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod\\_resource/content/1/Creswell.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.
- CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 101, 20-49, 1997. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/751/763>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- DÁRIO, A. B. *Avaliação do desempenho acadêmico e da evasão entre discentes cotistas e não cotistas*. Orientador: Rogério da Silva Nunes. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185621/PPAU0148-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação: técnica e ética. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 6, n. 3, p. 7-19, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1151/1146>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ESPÍNDOLA, F. M. *Proposta de diretrizes para a aplicabilidade da autoavaliação institucional na gestão dos cursos de graduação*. Orientadora: Lourdes Alves. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216590/PPAU0223-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- FACCO, G. B. *Arrecadação e destinação de recursos próprios em universidades federais brasileiras*. Orientador: Alexandre Marino Costa. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229157/PPAU0240-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FRANCISCO, T. H. A. *Análise das ações que confirmam a relação entre o IGC e o PDI: um estudo em faculdades isoladas no Sul de Santa Catarina*. Orientadora: Pedro Antônio de Melo. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96431/304081.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FRANCISCO, T. H. A. O ENADE e o curso de Administração: escopo da literatura e desafios enfrentados pelas coordenações de curso. *Revista de Educação ANEC*, Brasília, DF, v. 52, n. 165, p. 238-255, 2021. Disponível em:

<https://revistas.anec.org.br/index.php/revistaeducacao/article/view/446/268>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FRANCISCO, T. H. A.; MONTEIRO, E. C. M. S.; VEFAGO, Y. B.; MELLO, P. A. Uma reflexão sobre o ENADE: ações para a gestão de um importante elemento da avaliação. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 57-73, 2018. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/download/2519/2381>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FRANCISCO, T. H. A.; VEFAGO, Y. B.; FERREIRA, E. D. Uma reflexão sobre o conceito preliminar de curso (CPC) nos cursos de administração: resultados de uma responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE). *Revista Panorâmica On-Line*, Barra do Garças, v. 24, p. 283-307, 2018. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/765/19191993>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução n. 60, de 31 de agosto de 2004. Aprovar a criação do Curso de Licenciatura em Biologia – Graduação à Distância, do Consórcio das Instituições Públicas de Ensino Superior - Consórcio Setentrional, a ser ofertado pela Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (CED/PREG), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 3.466, p. 1, 5 nov. 2004. Disponível em: [https://agead.ufms.br/files/2021/06/BS\\_3466.pdf](https://agead.ufms.br/files/2021/06/BS_3466.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução n. 23, de 11 de abril de 2006. Aprovar a proposta de criação do Curso de Letras – Licenciatura – Habilitação em Português/Espanhol, na Modalidade a distância, do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a ser ofertado pela Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, da Reitoria (CED/RTR), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 3.823, p. 2, 24 abr. 2006. Disponível em: [https://agead.ufms.br/files/2019/12/BS\\_3823-Letras-EAD-aprova%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://agead.ufms.br/files/2019/12/BS_3823-Letras-EAD-aprova%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho Universitário. Resolução n. 63, de 1º de setembro de 2011. Aprovar a criação e implantação do Curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade a distância, com lotação no Centro de Ciências Humanas e Sociais, oferecido desde o ano letivo de 2010, com quatrocentos e cinquenta vagas, uma turma anual, com o seguinte turno de funcionamento: sexta-feira, sábado e domingo, preferencialmente no período noturno. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 5.129, p. 1-12, 12 set. 2011a. Disponível em: [https://agead.ufms.br/files/2019/12/BS\\_5129-1.pdf](https://agead.ufms.br/files/2019/12/BS_5129-1.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução n. 251, de 17 de outubro de 2011. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura – modalidade a distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 5.175, p. 1-21, 23 nov. 2011b. Disponível em: <https://agead.ufms.br/files/2021/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-do-PPP-Boletim-de-Servi%C3%A7o-2011-PEDAGOGIA.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino e Graduação. Resolução n. 90, de 29 de abril de 2011. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 5.060, p. 1-22, 31 maio 2011c. Disponível em: <https://agead.ufms.br/files/2019/12/PPC-ADMP-Resolu%C3%A7%C3%A3o-COEG-n%C2%BA-90-2011.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Ensino de Graduação. Resolução n. 156, de 11 de junho de 2012. Aprovar Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade à distância, criado pela Resolução nº 26, Coun, de 23.04.2012. *Boletim Oficial de Atos Administrativos*, Campo Grande, MS, n. 5.314, p. 1-28, 18 jun. 2012. Disponível em: [https://agead.ufms.br/files/2021/06/BS\\_5314-Autoriza%C3%A7%C3%A3o-do-Curso-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica-EAD-PPC.pdf](https://agead.ufms.br/files/2021/06/BS_5314-Autoriza%C3%A7%C3%A3o-do-Curso-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica-EAD-PPC.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) UFMS – 2020-2024*. Grande, MS, [2019a?]. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/files/2021/11/PDI-UFMS-2020-2024-realinhado-2021.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Conceito Enade (CE) e Conceito Preliminar de Curso (CPC) dos cursos de Educação a Distância (EaD) da UFMS*. Campo Grande, MS, [2019b?]. Não paginado. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1bb8SooUyK\\_UhH3yaX6pWldAzRdx1q0-q/view](https://drive.google.com/file/d/1bb8SooUyK_UhH3yaX6pWldAzRdx1q0-q/view). Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Plano de desenvolvimento da unidade: PDU 2020-2024*. Campo Grande, MS: Agência de Educação Digital e a Distância, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1npCsUZU5j3x6y-D-KN6BvRYudhUS1mdD/view>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Relatório de Autoavaliação Institucional: ano base 2020*. Campo Grande, MS, 2021a. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/05/RAAI-2018-2020-Vers%C3%A3o-2.0.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Plano de desenvolvimento institucional: PDI 2020-2024*. Campo Grande, MS, 2021b. Disponível em: <https://pdi.ufms.br/files/2020/03/pdi-2020-2024-2020-05-27.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Relatório de avaliação institucional: ano base 2021*. Campo Grande, MS, 2022a. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2022/04/RAAI-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Histórico*. Campo Grande, MS, 2022b. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/historico/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Histórico e institucionalização da educação a distância na UFMS*. Campo Grande, MS, 2022c. Disponível em: <https://agead.ufms.br/historico/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GERBA, R. T. *Análise da evasão de alunos nos cursos de Licenciatura: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina*. Orientador: Mário de Souza Almeida. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128624/330813.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GIRARDI, D. R.; BARATELLA, A. F. Conceito preliminar de curso: manipulação em nome da qualidade. In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2017. p. 1-13. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179312/101\\_00803%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179312/101_00803%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 ago. 2022.

GONÇALVES, J. O. B. *A gestão universitária e a evasão no curso de graduação em Engenharia de Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina*. Orientador: Gilberto de Oliveira Moritz. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/175918/345289.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Relatório*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1986. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HEIDERSCHEIDT, F. G.; FORCELLINI, F. A. Histórico das avaliações institucionais e sua mudança na percepção de valor. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 26, n. 1, p. 177-196, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/3fHRTh9gWtW56SXhYqtfJPF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HEY, S. M.; SILVA, E. A.; GUMBOWSKY, A. Avaliação institucional no ensino superior brasileiro: política pública como meio de descentralização e de desenvolvimento. *Episteme Transversalis*, Volta Redonda, v. 10, n. 1, p. 102-113, 2019. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1295/1031>. Acesso em: 23 ago. 2022.

IKUTA, C. Y. S. Sobre o conceito preliminar de curso: concepção, aplicação e mudanças metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 938-969, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4039/3278>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior*. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/bases\\_para\\_uma\\_nova\\_proposta\\_de\\_avaliacao\\_da\\_educacao\\_superior\\_brasileira.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/bases_para_uma_nova_proposta_de_avaliacao_da_educacao_superior_brasileira.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 2. ed. ampl. Brasília, DF, 2004b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2008 (dados preliminares)*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/centso/2008/resumo\\_tecnico\\_2008\\_15\\_12\\_09.pdf](https://download.inep.gov.br/download/centso/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: análise dos relatórios de autoavaliação das instituições de educação superior*. Brasília, DF, 2011. v. 3. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/sinaes\\_2011\\_volume\\_3\\_analise\\_dos\\_relatorios\\_de\\_autoavaliacao\\_das\\_ies.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/sinaes_2011_volume_3_analise_dos_relatorios_de_autoavaliacao_das_ies.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/plano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_pne\\_2014\\_2024\\_linha\\_de\\_base.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Nota Técnica n. 16/2017/CGACGIES/DAES*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2017/nota\\_tecnica\\_sei\\_inep\\_0126132.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Nota Técnica n. 58/2020/CGCQES/DAES*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/notas\\_tecnicas/2019/NOTA\\_TECNICA\\_N\\_58-2020\\_CGCQES-DAES\\_Metodologia\\_de\\_calculo\\_do\\_CPC\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2019/NOTA_TECNICA_N_58-2020_CGCQES-DAES_Metodologia_de_calculo_do_CPC_2019.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019*. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Exame Nacional de Cursos (Provão)*. Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/iniciativas-descontinuadas/provao>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Indicadores de Qualidade da Educação Superior*. Brasília, DF, [2022?]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 ago. 2022.

KRAEMER, M. E. P. *et al.* Avaliação da educação superior brasileira: do PARU ao SINAES. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 16., 2016, Arequipa. *Anais [...]*. Florianópolis: INPEAU/UFSC, p. 1-16. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171057/OK%20-%20102\\_00453.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171057/OK%20-%20102_00453.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 ago. 2022.

MACHADO, N. T. F. *Prestação de contas de convênios em universidades federais públicas brasileiras*. Orientador: Alexandre Marino Costa. 2021. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/226947/PPAU0237-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MALLMANN, A. A. G. *Evasão no curso de graduação em Ciências Econômicas – presencial – da UFSC*. Orientador: Rudimar Antunes da Rocha. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107027/320587.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARCHELI, P. S. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 351-372, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gRVf7Cd3H5VFyRjQ9mRPZxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARTINS, L. M. *Proposta de diretrizes para a aplicabilidade da autoavaliação institucional na gestão dos cursos de graduação*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216587/PPAU0224-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MEYER JÚNIOR, V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. *Universidade em Debate*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 12-26, 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-pratica-da-administraao-universitaria-contribuioes-para-a-teoria#>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MEYER JUNIOR, V. Novo contexto e as habilidades do administrador universitário. *In: MEYER JUNIOR, V.; MURPHY, J. P. (org.). Dinossauros, gazelas e tigres: novas abordagens da administração universitária*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 173-192.

MEYER JÚNIOR, V.; PASCUCCI, L.; MANGOLIN, L. Gestão estratégica: um exame de práticas em universidades privadas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 49-70, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Nn6Hkd4vyqt3d4c4cpCKScd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MEYER JÚNIOR, V.; SERMANN, L.; MANGOLIM, L. Planejamento e gestão estratégica: viabilidade nas IES. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 4, 2004, Mar del Plata. *Anais [...]*. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2004. Não paginado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35823/Victor%20Meyer%20Jr%20-%20Planejamento%20e%20Gest%c3%a3o%20Estrat%c3%a9gica.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NAPOLEÃO FILHO, J. *Causas para evasão dos alunos do curso de graduação a distância em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2013. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122926/325238.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

OLIVEIRA, É. T.; PICONEZ, S. C. B. Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 833-851, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dL6pNnxW4bJtjKmLyZqbjgS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PEDERNEIRAS, M. M. M. *et al.* Exame nacional de desempenho dos estudantes na visão de líderes formais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 381-400, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qQVMPGscststRqWxpxGFpzqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PEREZ, M. C. *Grau de maturidade do processo de autoavaliação da Universidade Federal de Santa Catarina*. Orientador: Alexandre Moraes Ramos. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182812/349483.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mrycNktVzr36Nn5njkjSZv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

RIBEIRO, N. F. *Administração acadêmica universitária: a teoria, o método*. Rio de Janeiro: Livros Técnica e Científicos, 1977.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://br1lib.org/dl/4989151/551e07>. Acesso em: 23 ago. 2022.

RISTOFF, D; GIOLO, J. O Sinaes como Sistema. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, 2006. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106/100>. Acesso em: 23 ago. 2022.



- SANTIAGO, M. D. *Gestão acadêmica nos mestrados profissionais em administração: práticas docentes*. Orientador: Alexandre Moraes Ramos. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174717/346494.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SCHLICKMANN, R.; OLIVEIRA, M. R. S.; MELO, P. A. Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil. *Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 160-181, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p160/28260>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SCHWARTZMAN, S. O “conceito preliminar” e as boas práticas de avaliação do ensino superior. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, DF, ano 26, n. 38 p. 9-32, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Simon-Schwartzman/publication/224771460\\_O\\_conceito\\_preliminar\\_e\\_as\\_boas\\_praticas\\_de\\_avaliacao\\_do\\_ensino\\_superior/links/5bf08e3f299bf1124fd99bce/O-conceito-preliminar-e-as-boas-praticas-de-avaliacao-do-ensino-superior.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Simon-Schwartzman/publication/224771460_O_conceito_preliminar_e_as_boas_praticas_de_avaliacao_do_ensino_superior/links/5bf08e3f299bf1124fd99bce/O-conceito-preliminar-e-as-boas-praticas-de-avaliacao-do-ensino-superior.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.
- SILVA, F. S. C. *A inserção dos cursos superiores de tecnologia na pós-graduação: um estudo de caso no SENAC – Santa Catarina/SC*. Orientador: Rogério da Silva Nunes. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167982/340701.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SILVA, S. R. *A oferta de cursos na modalidade a distância da UFSC: estudo dos polos de Roraima*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://library.org/document/zg8jlx7y-oferta-cursos-modalidade-distancia-ufsc-estudo-polos-roraima.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SILVA, K. C.; LOPES, D. C. *Introdução ao EaD*. Mossoró: EdUFERSA, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204002/2/INTRODU%C3%87%C3%83O%20A%20EAD.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SIMON, L. W. *A gestão de egressos como fonte de informações estratégicas para a UFFS*. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188429/PPAU0155-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- SOUZA, I. M. *Gestão das universidades federais brasileiras: uma abordagem fundamentada na gestão do conhecimento*. Orientador: Gregório Varvakis. 2009. 399 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Irineu-Souza.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Repositório institucional da UFSC: teses e dissertações*. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>. Acesso em: 23 ago. 2022.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, B. A.; NOGUEIRA, L. C.; SANTO, W. P. Os determinantes do índice de desempenho acadêmico dos estudantes do semiárido potiguar. *Holos*, Natal, v. 1, p. 397-414, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4388/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 267-290, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yD4cHVXpdYySy6wgbzTJ3yn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

## APÊNDICE

---

### INTRUMENTO DE PRODUÇÃO DOS DADOS

---

Prezado(a) Coordenador (a),

Meu nome é *Cibelle Renata Caimar Olarte*, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, estou realizando uma pesquisa sob supervisão do Prof. Dr. Thiago Henrique Almino Francisco, cujo objetivo geral é analisar os fatores que influenciam o desempenho dos acadêmicos dos cursos da Educação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Os objetivos específicos são:

- (a) Como os envolvidos com o processo, percebem o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ao longo do seu percurso formativo;
- (b) Caracterizar o ensino de graduação no contexto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental;
- (c) Caracterizar o ensino de graduação no contexto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental;
- (d) Recomendar um conjunto de ações para potencializar o desempenho dos estudantes dos cursos de Educação a Distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que será realizada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, com questionário eletrônico, com tempo estimado de até 30 minutos. Assim, cabe esclarecer que a participação é voluntária podendo se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de constrangimento, pelos contatos do pesquisador constante neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O(A) pesquisador(a) compromete-se a encaminhar os resultados da pesquisa aos entrevistados (dissertação e artigos posteriores) tão logo sejam publicados. Solicitamos a sua autorização para o uso desses dados para a produção da dissertação de mestrado e de artigos técnicos e científicos. Sendo garantindo o anonimato do participante. A pesquisadora responsável, que também assina este documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata de preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, mesmo sendo dispensada a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme estabelece o artigo 1º, parágrafo único, inciso VII, da referida Resolução: Art. 1ª [...]. Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: [...] VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito. O acompanhamento e a assistência ao participante referente a quaisquer dúvidas, dificuldades ou necessidades relativas à pesquisa serão feitos pela mestranda, no e-mail: [cibelle.olarte@ufms.br](mailto:cibelle.olarte@ufms.br), telefone (67) 98121-5904.

Agradecemos a sua participação.

.....  
Cibelle Renata Caimar Olarte  
Mestranda

.....  
Prof. Dr. Thiago Henrique Almino Francisco  
Orientador

Eu, ....., CPF .....  
declaro ter sido informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa descrito anteriormente e, que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento, e que estou recebendo uma das vias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

---

### Questões

---

- 1) Essa é a sua primeira experiência como coordenador de curso? Se sim, como você tem vivido essa experiência? Se não, como tem sido a experiência até aqui?
- 2) Qual foi o último Enade que o curso participou? Como foi o processo de organização do Enade no curso?
- 3) Os alunos do seu curso conheciam o Enade e o objetivo do exame? Como o curso fez para que eles pudessem conhecer?
- 4) Foi necessário realizar uma “campanha” de divulgação para os alunos do curso? Como ela ocorreu? Quais foram os resultados?
- 5) Para senhor (a), qual é a importância do Enade para formação dos alunos do curso?
- 6) Quais estratégias a coordenação do curso, após os resultados do desempenho dos alunos no Enade?
- 7) Qual é a sua percepção dos desafios da gestão com os resultados do Enade?
- 8) Qual é a sua percepção dos pontos positivos com os resultados do Enade?
- 9) Você considera que a prova do Enade consegue avaliar o rendimento, as competências e as habilidades dos alunos que estão concluindo a graduação? O que poderia ser feito para que ela se tornasse um instrumento de gestão?
- 10) Você gostaria de acrescentar alguma informação ou percepção sobre o Enade que não foi abordado?